

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL-IBAMA/MA

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	193110-SUPERINTENDENCIA ESTADUAL-IBAMA/MA	LUIS HENRIQUE DIAS FERREIRA	03/06/2026 18:06 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	12/2026	02012.000612/2026-36

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

IBAMA - MA / 193110

OBJETO

Contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização com mão de obra inclusa.

VALOR TOTAL ANUAL E ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 673,146,95

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Superintendência do Ibama no Maranhão (Supes/MA)
Av. Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís - MA, 65060-645

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

(Processo Administrativo nº 02012.000612/2026-36)

Torna-se público que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA/MA, por meio da Equipe de Apoio à Licitação e Contratos, sediado na Av. Geronimo de Albuquerque, Nº 16 - Bequimão, São Luís - MA, CEP: 65.0.60.645 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização nas dependências da Superintendência do Ibama no Estado do Maranhão – SUPES/MA e sua unidade vinculada, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 16 (dezesseis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. sociedades cooperativas;

3.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.13. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário mensal e anual total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6.16 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1 Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10

8.8.1.1 Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025

8.8.1.2 Número de Registro no MTE: MA000098/2025

8.8.1.3 Data do Registro no MTE: 15/04/2025

8.8.1.4 Número da Solicitação: MR017749/2025

8.8.1.5 Número do Processo: 13621.206955/2025-70

8.8.1.6 Data do Protocolo: 09/04/2025

8.8.1.7 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025

8.8.1.8 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000121/2025

8.8.1.9 DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/05/2025

8.8.1.10 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018348/2025

8.8.1.11 NÚMERO DO PROCESSO: 13621.208579/2025-58

8.8.1.12 DATA DO PROTOCOLO: 07/05/2025

8.8.2 Sindicato das Industrias da Construção Civil do Estado do MA, CNPJ n. 05.644.315/0001-95

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

8.8.2.1 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000081/2026

8.8.2.2 DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/05/2026

8.8.2.3 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR015048/2026

8.8.2.4 NÚMERO DO PROCESSO: 13621.204322/2026-16

8.8.2.5 DATA DO PROTOCOLO: 19/03/2026

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.13.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.13.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

- 8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 8.24.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual

a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.26. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo **(02) duas horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30 % (trinta por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela Administração.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone **(98) 98745-56710** ou pelo e-mail: **diafi.ma@ibama.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **10 (dez)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **10 (dez)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Não se aplica

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ibama.gov.br/controlador_externo.php?cao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas

infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **Sistema de Compras do Governo Federal** <https://www.gov.br/compras/pt-br>; **correio eletrônico: elic.ma@ibama.gov.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1> e também podem ser solicitadas por meio do seguinte e-mail: elic.ma@ibama.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

16.11.2. Anexo II – Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços;

16.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preço;

16.11.4. Anexo IV – Declaração de Vistoria;

16.11.5. Anexo V – Minuta de termo de Contrato;

16.11.6. Anexo VI – Modelo de autorização para a utilização de pagamento direto;

16.11.7 Anexo VII – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a iniciativa Privada e a Administração Pública.

16.11.8 Anexo VIII – Minuta do Termo de Cooperação com Instituição Financeira,

16.11.9 Anexo IX – Termo de Conciliação Judiciária

16.11.10 Anexo X - Declaração de cumprimento do disposto no Art. 10 da Lei Nº 9.605/98

16.11.11. Anexo XI – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

São Luís, 03 de junho de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CICLENE MARIA SILVA DE BRITO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 17:54:39.

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL-IBAMA/MA

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	193110-SUPERINTENDENCIA ESTADUAL-IBAMA/MA	JAMAIRA LOPES FRAZAO	03/06/2026 14:06 (v 0.10)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	18/2026	02012.000612/2026-36

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº02012.000612/2026-36)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e manutenção predial de baixa complexidade nas dependências da Superintendência Estadual do IBAMA no Maranhão — SUPES/MA, do Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS/MA, da Unidade Técnica de Imperatriz/MA e da Unidade Técnica de Santa Inês/MA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: SUPES/SÃO LUIS -MA						
Item	Especificação	CATSER	Un.	Quant. Anual	V. Unitário	V. Anual
01	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m² .	27782	M²	37.440	R\$ 5,00	R\$ 187.200,00
02	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m²	23434	M²	18.432	R\$ 1,96	R\$ 36.126,72
03	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m² .	24112	M²	1.857	R\$ 13,97	R\$ 25.942,29
04	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtiv. 380 m² .	24031	M²	3.308	R\$ 1,25	R\$ 4.135,00
05	Artífice/Oficial de Manutenção Predial — CBO 5143-25 .	25631	Posto/mês	1	R \$ 6.073,82	R\$ 72.885,85
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:CETAS/SÃO LUIS - MA						
	Limpeza e conservação — áreas internas —					

06	produtiv. 800 a 1.200 m² .	27782	M²	14.400	R\$ 5,00	R\$ 72.000,00
07	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m².	23434	M²	34.800	R\$ 1,96	R\$ 68.208,00
08	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m² .	24112	M²	2.880	R\$ 13,97	R\$ 40.233,60
09	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtiv. 380 m².	24112	M²	1.632	R\$ 1,25	R\$ 2.040,00
10	Conservação de áreas verdes — roçagem mecanizada, poda, coleta e destinação de resíduos vegetais — sob demanda, via Ordem de Serviço, periodicidade mínima trimestral, sem posto fixo.	23434	M²	50.000	R\$ 1,96	R\$ 98.000,00
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/IMPERATRIZ - MA						
11	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m².	27782	M²	4.036,80	R\$ 5,00	R\$ 20.184,00
12	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m² — Imperatriz/MA	23434	M²	2.987,04	R\$ 1,96	R\$ 5.854,60
13	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m².	24112	M²	767,28	R\$ 13,97	R\$ 10.718,90
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/SANTA INÊS- MA						
14	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m².	27782	M²	4.061,40	R\$ 5,00	R\$ 20.307,00
15	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m².	23434	M²	2.797,56	R\$ 1,96	R\$ 5.483,22
16	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m².	24112	M²	274	R\$ 13,97	R\$ 3.827,78
TOTAL MENSAL						R\$ 47.928,91
Estimativa anual — roçagem sob demanda (4 intervenções/ano)						R\$ 98.000,00
TOTAL ANUAL						R\$ 673.146,96

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, podendo ser selecionados pelo critério de menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades institucionais do IBAMA no Estado do Maranhão, sendo indispensável à manutenção das condições de higiene, salubridade e conservação das instalações das unidades atendidas, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026, seções 6 e 13. A vigência plurianual é mais vantajosa para a Administração em razão da natureza permanente da demanda, da estabilidade do quadro de postos de trabalho e da desnecessidade de sucessivos procedimentos licitatórios para objeto de natureza estrutural.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da mesma Lei, desde que mantidas as condições de habilitação da Contratada e comprovada a vantajosidade da continuidade, totalizando vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O IBAMA/MA necessita assegurar a continuidade dos serviços de limpeza, conservação predial e pequenas intervenções de manutenção elétrica, hidráulica, mobiliária e de alvenaria de suas instalações, serviços imprescindíveis ao bom funcionamento das unidades e ao cumprimento da missão institucional da Autarquia. Os serviços abrangem a limpeza de salas, seções administrativas, passadiços, hall, banheiros, instalações sanitárias e auditório, bem como a conservação periódica das áreas externas — incluindo pátios e áreas de circulação —, de forma a manter as instalações nos devidos padrões de higiene, salubridade, segurança e habitabilidade para o público usuário e servidores das seguintes unidades:

2.1.1. Superintendência Estadual do IBAMA no Maranhão — SUPES/MA, situada na Av. Jerônimo de Albuquerque, 16 — Bequimão, São Luís/MA, CEP 65060-645;

2.1.2. Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS/MA, situado na R. do Condomínio Vitória, 1.433-1.635 — Forquilha, São Luís/MA, CEP 65137-000;

2.1.3. Unidade Técnica de Imperatriz/MA, situada na R. Dom Pedro II, 170 — Beira Rio, Imperatriz/MA, CEP 65900-030;

2.1.4. Unidade Técnica de Santa Inês/MA, situada na BR-316, 4.220, Santa Inês/MA, CEP 65370-000.

2.2. A contratação de empresa especializada é necessária uma vez que o IBAMA/MA não dispõe, em seu quadro funcional efetivo, de servidores com atribuições de limpeza e conservação predial, por força do art. 2º da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, que extinguiu o cargo de servente de limpeza no âmbito da Administração Pública Federal. A execução indireta dos serviços é expressamente autorizada pelo art. 4º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Trata-se de atividade material acessória, instrumental e complementar, passível de execução indireta nos termos do art. 9º do referido Decreto, sem que haja violação às vedações nele estabelecidas, sendo vedado o desvio de função de servidor do quadro efetivo para o cumprimento dessas atividades acessórias.

2.3. Integram igualmente o objeto desta contratação serviços de natureza eventual e periódica, a serem executados sob demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico do contrato, compreendendo roçagem mecanizada de áreas externas, poda de árvores com coleta e destinação de resíduos vegetais, dedetização — controle de vetores e pragas urbanas —, limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios d'água e limpeza de fossos de água, conforme especificações, unidades de medida, quantitativos estimados, critérios de medição e valores unitários previstos na tabela do item 1.1 e no modelo de execução deste Termo de Referência.

2.4. A presente contratação visa suprir demanda essencial à realização das atividades legais do IBAMA/MA, que não pode sofrer interrupção, sob pena de comprometimento do desenvolvimento dessas atividades, em respeito ao princípio da continuidade dos serviços públicos. Contratam-se serviços e não pessoas ou quantidades de produtos, porque a demanda pelas atividades é contínua, de volume variável e, sobretudo, porque atendê-la não implica necessariamente a entrega de um produto acabado, significando a realização de ações ao longo do dia, com observância de procedimentos normativos, legais e de rotinas padronizadas, cuja execução continuada mantém ou incrementa a qualidade do desempenho da missão institucional do IBAMA/MA.

2.5. O contrato vigente para a prestação dos serviços de limpeza e conservação — Contrato nº 04/2024, celebrado com a empresa Multilimp Serviços Terceirizados Ltda. — tem término previsto para 18/06/2026. A empresa contratada declarou formalmente, por e-mail em resposta ao Ofício nº 52 (SEI nº 26291210), não ter interesse na prorrogação do instrumento contratual vigente, fato registrado no Acompanhamento nº 1 do Documento de Formalização da Demanda nº 14/2026, em 04/03/2026, o que torna necessária a abertura do presente processo licitatório com vistas a garantir a continuidade dos serviços.

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I — Id do item no PCA: 113;

II — Identificador da Futura Contratação: 193110-12/2026;

III — Classe/Grupo: 853 — Serviços de Limpeza;

IV — Valor orçamentário estimado registrado no PCA: R\$ 575.135,90. O valor estimado da contratação apurado neste Termo de Referência é de **R\$ 673.146,96 (seiscentos e setenta e três mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos)**, superior ao valor registrado no PCA 2026 em decorrência de três ajustes realizados pela equipe de planejamento após o registro: (i) correção de erros aritméticos nos itens da Pesquisa de Preços nº 21/2026, apurados na análise crítica dos dados do Painel de Preços; (ii) inclusão do item 10 — conservação de áreas verdes por roçagem mecanizada no CETAS/MA —, serviço identificado como necessário após o registro do PCA, devidamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026, seção 7; e (iii) adequação da estimativa de frequência da roçagem para **4 (quatro) intervenções anuais** de periodicidade mínima trimestral, totalizando R\$ 98.000,00 anuais para esse item, conforme apurado na Pesquisa de Preços nº 21/2026 e retificado no Documento de Formalização da Demanda nº 14/2026. A Certificação de Disponibilidade Orçamentária cobre o valor integral estimado, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021;

V — Data desejada de contratação: 02/06/2026.

O objeto consta igualmente do Plano de Contratações Anual 2024, sob os seguintes dados rastreáveis no PNCP: ID PCA: 03659166001931-0-000020/2024; data de publicação: 29/08/2023; Id do item: 33; Classe/Grupo: 853 — Serviços de Limpeza; Identificador da Futura Contratação: 193110-90042/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na contratação unificada, em lote único, de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo as quatro unidades do IBAMA no Estado do Maranhão: Superintendência Estadual — SUPES/MA, Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS/MA, Unidade Técnica de Imperatriz/MA e Unidade Técnica de Santa Inês/MA. A descrição detalhada da solução, com análise das alternativas consideradas e justificativa da opção adotada, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026, integrante do Processo SEI nº 02012.000612/2026-36.

3.2. A solução contempla as seguintes categorias de serviços:

3.2.1. Serviços de natureza contínua, executados mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, nas seguintes categorias profissionais:

a) Servente de Limpeza (CBO 5142-20): responsável pela execução das atividades de limpeza, higienização e conservação das áreas internas, externas e esquadrias das unidades, conforme rotinas e frequências definidas neste Termo de Referência. O quantitativo estimado de postos é de 10 (dez), distribuídos entre as quatro unidades conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026, seção 7, sendo vedada a fixação desse quantitativo como imposição à Contratada, nos termos do art. 63 da IN SEGES nº 05/2017;

b) Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CBO 5143-25): responsável pela execução de pequenos serviços de manutenção elétrica, hidráulica, de carpintaria e alvenaria nas dependências da SUPES/MA e do CETAS/MA. O quantitativo estimado é de 1 (um) posto único, alocado na SUPES/MA e com atuação nas dependências do CETAS/MA conforme demanda identificada pela fiscalização técnica.

3.2.2. Serviços de natureza não contínua, executados sob demanda mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico do contrato, sem constituição de posto de trabalho fixo e exclusivo, remunerados por produção ou por unidade efetivamente executada, conforme o caso, mediante medição das quantidades realizadas e aceitas pela fiscalização, observadas as unidades de medida e valores unitários definidos na tabela estimativa do item 1.1 deste Termo de Referência.

- a) Roçagem mecanizada de áreas externas, com recolhimento e destinação adequada dos resíduos vegetais, por profissionais enquadrados na categoria de Operador de Roçadeira nos termos da CCT MA000098/2025, sendo expressamente vedada a atribuição dessa atividade a Serventes de Limpeza por configurar desvio de função;
- b) Poda de árvores com coleta, trituração quando aplicável, e destinação adequada dos resíduos vegetais gerados;
- c) Dedetização — controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, descupinização, desratização e repelência de morcegos, executada diretamente pela Contratada, que deverá deter alvará sanitário expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente e responsável técnico habilitado com registro no conselho profissional competente;
- d) Limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios d'água — caixas e cisterna —, executada em conformidade com a ABNT NBR 5626:2020 e com registro no CRQ;
- e) Limpeza de fossos de água, com destinação adequada dos resíduos gerados.

3.3. A contratação unificada em lote único fundamenta-se nos princípios da eficiência e da economicidade, evitando a multiplicidade de contratos para serviços intrinsecamente relacionados, reduzindo os custos de gestão, fiscalização e transação, além de garantir a uniformidade na execução dos serviços em todas as unidades. O parcelamento por unidade geraria risco de itens fracassados ou desertos, comprometendo a continuidade dos serviços essenciais, em contrariedade ao interesse público que fundamenta a presente contratação, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e em consonância com o Acórdão TCU nº 1.214/2013 — Plenário.

3.4. O aprendizado acumulado pela empresa contratada deverá potencializar a racionalização dos processos, a eficiência e a melhoria de métodos ao longo do ciclo de vida contratual, garantindo a qualidade dos serviços e resultados efetivos para a limpeza, o asseio e a conservação das instalações do IBAMA/MA. Caberá à empresa contratada orientar e gerir seus funcionários para o desenvolvimento das atividades nos termos do contrato, com estrita observância dos normativos específicos do ramo de limpeza e conservação predial, dos normativos internos do IBAMA e da legislação trabalhista vigente, sendo vedada qualquer ingerência da Administração na gestão interna da Contratada. Caberá ao IBAMA/MA a gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto e nas rotinas de execução previstas neste Termo de Referência, a Contratada deverá observar, no que couber, os parâmetros do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, bem como os seguintes requisitos:

4.1.1. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies que possuam comprovação de biodegradabilidade e menor potencial poluente, observadas as classificações e especificações determinadas pela ANVISA, sendo vedada a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução ANVISA nº 336/1999, conforme Resolução ANVISA RE nº 913/2001;

4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, racionalizar o consumo de energia elétrica e reduzir a geração de resíduos sólidos, promovendo a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo IBAMA/MA na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.1.3. Priorizar a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído do Programa Brasileiro de Etiquetagem — PBE/INMETRO, em conformidade com a Portaria INMETRO nº 20/2006, de modo a minimizar a poluição sonora nas dependências do IBAMA/MA, e utilizar equipamentos mais eficientes que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia — ENCE, quando houver disponibilidade técnica para tanto; e

4.1.4. Destinar adequadamente os resíduos vegetais resultantes dos serviços de roçagem mecanizada e poda de árvores executados sob demanda, inclusive aparas, galhos e biomassa triturada, com preferência pela compostagem ou destinação a programas de aproveitamento de resíduos orgânicos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e com as normas ABNT aplicáveis à gestão de resíduos de origem vegetal.

Subcontratação e consórcio

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.4. É vedada a participação de empresas em consórcio, por se tratar de objeto de baixa complexidade técnica e operacional, para o qual há ampla oferta de mercado por empresas individualmente capazes de executar integralmente os serviços contratados, conforme demonstrado na Pesquisa de Preços nº 21/2026. A admissão de consórcio, neste caso, poderia restringir a competitividade sem incremento proporcional de capacidade técnica ou econômica.

Forma de pagamento

4.5. É vedada a definição de forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos, sendo a remuneração da Contratada correspondente ao valor mensal da prestação dos serviços efetivamente executados, aferidos conforme o modelo de medição e pagamento estabelecido na Seção 7 deste Termo de Referência.

Benefícios trabalhistas

4.6. É vedada a fixação, neste instrumento ou no contrato, dos benefícios a serem concedidos pela Contratada a seus empregados, ou dos respectivos valores, exceto quando decorrer de norma coletiva de trabalho aplicável, notadamente a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob nº MA000098/2025, cujo cumprimento será exigido como obrigação contratual.

Deslocamentos entre unidades

4.7. Não constitui obrigação da Contratante o ressarcimento das despesas de hospedagem e transporte dos trabalhadores da Contratada designados para realizar serviços em unidades fora da localidade habitual de prestação dos serviços, quando tais custos não estejam previstos e orçados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela Contratada. Caberá à Contratada dimensionar adequadamente os custos de deslocamento entre unidades ao elaborar sua proposta, considerando a distribuição geográfica dos postos de trabalho.

Custos variáveis

4.8. É vedada a fixação de quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale-transporte a ser fornecido pela Contratada a seus trabalhadores, cabendo à Contratada prover, ao longo da execução contratual, os quantitativos efetivamente necessários.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo a Contratada optar por uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da referida Lei, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa ao licitante, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, mediante agendamento prévio pelo telefone (98) 98745-6710 ou pelo e-mail diafi.ma@ibama.gov.br.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus decorrentes.

Instalação de escritório

4.15. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que a Contratada possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima no município de São Luís/MA ou em município situado em raio máximo de 200 km, devendo a comprovação ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da vigência do contrato.

Disposições específicas para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

4.16. É vedado à Contratada, durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do IBAMA/MA ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

4.17. Em relação ao percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, previsto no art. 25, §9º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.430/2023, na redação conferida pelo Decreto nº 12.516/2025, a Administração verificou que a exigência obrigatória não é aplicável ao presente objeto, tendo em vista que o contrato prevê o total de 11 (onze) postos de trabalho, quantitativo inferior ao mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores estabelecido pelo art. 3º, §1º, do referido Decreto como condição de incidência da obrigação. A previsão facultativa de reserva de vagas para contratos com menos de 25 colaboradores não foi adotada no presente caso.

4.18. A Planilha de Custos e Formação de Preços, elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017 e com a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob nº MA000098/2025, constitui anexo obrigatório do ato convocatório, devendo os licitantes apresentar planilha própria preenchida em conformidade com o modelo disponibilizado, sob pena de desclassificação da proposta.

4.19. É adotada como medida de tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas a utilização de conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, com movimentação somente mediante autorização da Contratante, nos termos do art. 18, §1º, da IN SEGES nº 05/2017, com as alterações introduzidas pela IN SEGES/MGI nº 176/2024. Os percentuais de provisionamento e as condições de movimentação serão definidos no Contrato Administrativo.

4.20. O percentual a título de aviso prévio trabalhado será de, no máximo, 1,94% no primeiro ano de vigência contratual, reduzindo-se a 0,194% a cada ano de prorrogação subsequente, em conformidade com o Acórdão TCU nº 1.586/2018 — Plenário e a Lei nº 12.506/2011.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Dinâmica de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da data de assinatura do contrato, devendo a Contratada mobilizar todos os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, sem prejuízo da execução integral dos serviços desde o primeiro dia de vigência.

5.1.2. Os serviços serão executados conforme as rotinas discriminadas nos subitens 5.3 e seguintes deste Termo de Referência, com as frequências diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral e anual ali especificadas, além dos serviços sob demanda acionados mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico do contrato.

5.1.3. Os serviços sob demanda deverão ser executados com observância das condições técnicas, operacionais, de segurança do trabalho e de mobilização da equipe e dos insumos necessários, cabendo integralmente à Contratada o fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, EPIs e combustíveis indispensáveis à sua realização, inclusive gasolina comum e óleo lubrificante, quando aplicável.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas seguintes unidades do IBAMA no Estado do Maranhão:

5.2.1. Superintendência Estadual do IBAMA no Maranhão — SUPES/MA: Av. Jerônimo de Albuquerque, 16, Bequimão, São Luís/MA, CEP 65060-645;

5.2.2. Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS-MA: R. do Condomínio Vitória, 1433-1635, Forquilha, São Luís/MA, CEP 65137-000;

5.2.3. Unidade Técnica de Imperatriz/MA: R. Dom Pedro II, 170, Beira Rio, Imperatriz/MA, CEP 65900-030;

5.2.4. Unidade Técnica de Santa Inês/MA: BR-316, 4220, Santa Inês/MA, CEP 65370-000.

Horário e rotinas

5.3. Os serviços contínuos serão prestados de segunda-feira a sexta-feira, em jornada de 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias, em horário a ser definido pelo IBAMA/MA antes do início da prestação dos serviços, nos termos do art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174/2024, c/c a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381 /2025. Nos termos do art. 71 da CLT, deverá ser concedido intervalo intrajornada mínimo de 1 (uma) hora para jornadas que excedam 6 (seis) horas contínuas.

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo discriminadas, com a frequência indicada para cada tipo de serviço e ambiente.

5.3.1.1. Áreas internas

Consideram-se áreas internas aquelas áreas edificadas integrantes do imóvel, compreendendo pisos acarpetados e frios, almoxarifados, galpões, áreas com espaços livres, saguão, hall, salão e banheiros.

I) Diariamente:

- remover com pano úmido o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos e extintores de incêndio;
- lavar os cinzeiros das mesas e os situados nas áreas de uso comum;
- remover capachos e tapetes, procedendo à limpeza e aspirando o pó;
- lavar bacias, assentos e pias dos sanitários com saneantes desinfetantes, duas vezes ao dia;

- varrer, remover manchas e lusturar pisos encerados e/ou de madeira;
- varrer e remover com pano úmido o pó de todos os pisos vinílicos, de mármore, cerâmica, marmorite e emborrachados, lances de escadas, inclusive dos passeios adjacentes aos prédios;
- passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- varrer os pisos e passeios cimentados, sem repasse;
- limpar com saneantes os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- abastecer ininterruptamente com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido todas as dependências sanitárias;
- remover o pó dos telefones com uso de flanela e produtos adequados;
- remover o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em saco plástico e removendo-o para local indicado pelo Contratante;
- realizar coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
- limpar os corrimões;
- suprir os bebedouros com garrações de água mineral adquiridos pelo Contratante;
- executar limpeza de caráter eventual e de atendimento extraordinário e imediato, sempre que se fizer necessário;
- executar os demais serviços considerados necessários à frequência diária.

II) Semanalmente:

- limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- limpar divisórias e portas revestidas de fórmica, com produtos adequados;
- limpar portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético, utilizando produtos neutros;
- limpar forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas, com produtos apropriados;
- lavar as calçadas em volta dos prédios;
- limpar os espelhos com pano umedecido em álcool;
- remover pó e resíduos com pano úmido dos quadros em geral;
- lavar interna e externamente as janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidro e vidros em geral impermeáveis;
- lavar balcões e pisos vinílicos, de mármore, cerâmica, marmorite e cimentados, com detergente, enceramento e lustração com enceradeira;
- limpar e polir metais como válvulas, registros, sifões e fechaduras;
- limpar ralos e sifões de pias;
- limpar telefones com pano úmido e saneantes;
- executar os demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

III) Quinzenalmente:

- realizar limpeza geral de todos os móveis, poltronas, sofás e cadeiras;
- polir todos os móveis com produtos adequados;

- limpar todos os vidros, faces interna e externa, em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando produtos antiembaçantes;
- executar os demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

IV) Mensalmente:

- limpar forros, paredes, portas e rodapés;
- limpar cortinas, com utilização de equipamentos e acessórios adequados;
- limpar persianas com produtos adequados;
- limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos e janelas de ferro;
- lavar paredes internas laváveis e azulejos das dependências sanitárias;
- remover manchas de paredes;
- encerar todos os móveis enceráveis;
- proceder à revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- executar os demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

V) Trimestralmente:

- limpar todas as luminárias, lustres e aparelhos fluorescentes.

VI) Anualmente:

- aspirar o pó e limpar as calhas.

5.3.1.2. Áreas externas

Consideram-se áreas externas aquelas áreas não edificadas, mas integrantes do imóvel, compreendendo pisos pavimentados adjacentes ou contíguos às edificações, áreas de passeios e arruamentos, pátios e áreas verdes.

I) Diariamente:

- varrer áreas pavimentadas e de terra, sem repasse;
- retirar o lixo uma vez ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 litros e removendo-o para local indicado pelo Contratante;
- catar papéis e detritos;
- recolher papéis e detritos das lixeiras fixas;
- depositar o material orgânico, quando couber, em local indicado pelo Contratante;
- realizar coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
- executar os demais serviços considerados necessários à frequência diária.

II) Mensalmente:

- lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/estacionamento;
- proceder à capina manual de vegetação rasteira de pequeno porte em áreas de circulação e entorno das edificações.

5.3.1.3. Esquadrias externas

Consideram-se esquadrias externas aquelas áreas compostas de vidros, com face interna e externa, com ou sem exposição a situação de risco.

I) Quinzenalmente:

- limpar todos os vidros, face interna e externa, de acordo com as normas de segurança do trabalho, aplicando produtos antiembaçantes.

Especificidades do CETAS-MA

5.3.2. Em razão das características físicas e operacionais do Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS-MA, a execução dos serviços nessa unidade observará as seguintes especificidades, além das rotinas gerais previstas no item 5.3.1:

5.3.2.1. Áreas internas a serem limpas e higienizadas diariamente:

Ambiente	Área
Prédio administrativo	242 m²
Prédio multiuso	168 m²
Entrada e salas dos técnicos do prédio da quarentena	80 m²
Banheiros dos prédios administrativo, multiuso e quarentena	100 m²

5.3.2.2. Áreas externas a serem submetidas a limpeza completa, com frequência mínima de 2 (duas) vezes por semana, sem prejuízo da varrição diária prevista na rotina geral:

Área externa	Área
Passarelas	1.550 m²
Entorno dos prédios	4.000 m²
Estacionamento	1.200 m²
Portão de acesso ao estacionamento	1.600 m²
Área entre portão de acesso e estacionamento	1.600 m²

5.3.2.3. Esquadrias, janelas com vidros e basculantes: aproximadamente 380 m², com limpeza quinzenal conforme rotina geral.

5.3.2.4. Atividades operacionais de apoio a serem executadas pelos Serventes de Limpeza do CETAS-MA:

- abastecimento de bebedouros com garrações de 20 litros adquiridos pelo Contratante;
- deslocamento de móveis quando necessário, observado o peso máximo de 20 kg por trabalhador por movimentação, vedado o transporte manual de cargas que supere esse limite sem o auxílio de equipamento mecânico;
- limpeza de áreas com retirada de entulho de até 20 kg por item e transporte para contêiner indicado pelo Contratante, vedado o transporte manual de cargas que supere esse limite sem o auxílio de equipamento mecânico;
- acondicionamento e destinação do lixo até o local indicado pelo Contratante e manutenção do local de deposição;
- limpeza de móveis e utensílios utilizados na limpeza e higienização;
- limpeza de paredes internas e azulejos;

- limpeza de maçanetas e trincos de portas e janelas;
- retirada e transporte, para depósito indicado pelo Contratante, dos itens de limpeza, higienização e equipamentos.

Serviços do Artífice

5.3.3. O Artífice/Oficial de Manutenção Predial, CBO 5143-25, com posto alocado na Superintendência Estadual — SUPES/MA, prestará serviços também nas dependências do CETAS-MA, conforme demanda identificada e comunicada pela fiscalização técnica, executando os seguintes serviços de baixa complexidade:

- manutenção elétrica: verificar funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação; reparar, trocar e instalar equipamentos de iluminação; reparar, fazer e trocar instalações elétricas; instalar equipamentos elétricos; soldar objetos;
- manutenção hidráulica: classificar equipamentos e tubulação; verificar funcionamento de instalação hidráulica; limpar equipamentos hidráulicos; consertar e trocar instalação hidráulica; limpar, trocar areia e trocar filtros; desentupir ralos, pias e vasos sanitários;
- manutenção de carpintaria e alvenaria: vedar fendas e emendas; reparar trincas e rachaduras; impermeabilizar superfícies; recuperar pinturas; repor cerâmica; recolocar pastilhas ou litocerâmica; consertar móveis; substituir, ajustar e reparar portas, janelas e divisórias; consertar forros;
- apoio operacional: suprir bebedouros com garrações de água mineral adquiridos pelo Contratante e auxiliar nas demais atividades de conservação predial que demandem esforço físico complementar ao dos Serventes de Limpeza.

5.3.3.1. Os materiais de consumo de maior porte necessários às intervenções de manutenção predial serão fornecidos pelo Contratante.

5.3.3.2. Caberá à Contratada o fornecimento de todos os utensílios, ferramentas e equipamentos individuais necessários à execução das atividades pelo Artífice.

Serviços sob demanda

5.3.4. Os serviços acessórios de execução não contínua integram o objeto contratual, mas não serão executados de forma permanente nem mediante alocação de posto de trabalho fixo e exclusivo.

5.3.4.3.1. Os serviços de dedetização, limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios d'água e limpeza de fossos de água somente serão executados quando previamente autorizados por Ordem de Serviço específica, devendo ser remunerados conforme os itens próprios previstos na tabela estimativa do item 1.1, observadas as respectivas unidades de medida, quantitativos efetivamente executados, critérios de aceitação e documentação comprobatória exigida neste Termo de Referência.

5.3.4.2. **Caberá à Contratada a responsabilidade integral pelo dimensionamento, mobilização e desmobilização da equipe necessária a cada intervenção, bem como pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, combustíveis, lubrificantes e EPIs necessários à perfeita execução do objeto.**

5.3.4.3. Os serviços sob demanda serão remunerados por produção, mediante medição das quantidades efetivamente executadas em cada Ordem de Serviço.

5.3.4.4. É vedada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços sob demanda previstos nesta seção.

5.3.4.5. A Contratada deverá executar diretamente os serviços sob demanda com profissionais de seu próprio quadro de pessoal, sendo os alvarás, registros e responsabilidades técnicas exigidos por cada serviço de titularidade da própria Contratada.

5.3.4.6. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços sob demanda no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo prazo diverso nela fixado pelo fiscal técnico conforme a urgência da intervenção.

5.3.4.7. A indisponibilidade, insuficiência ou ausência de gasolina comum, óleo lubrificante ou demais insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos não poderá ser oposta como justificativa para atraso, inexecução, redução de produtividade ou paralisação do serviço, por constituir ônus operacional exclusivo da Contratada.

Conteúdo mínimo da Ordem de Serviço

5.3.5. Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:

- número sequencial e data de emissão;
- unidade demandante;
- tipo de serviço solicitado;
- área ou quantidade estimada de execução;
- prazo máximo de execução;
- identificação e assinatura do fiscal técnico emitente;
- campo para assinatura do preposto da Contratada ao receber.

5.3.5.1. A Ordem de Serviço original deverá ser juntada ao processo de pagamento como documento de medição e comprovação da execução, sendo condição obrigatória para o faturamento dos serviços sob demanda.

5.3.6. Roçagem mecanizada

5.3.6. A execução de roçagem mecanizada das áreas verdes das unidades do IBAMA/MA será realizada utilizando roçadeiras motorizadas costais ou laterais e equipamentos congêneres, sempre que o crescimento da vegetação comprometer a segurança, a circulação ou a estética das instalações, a critério do fiscal técnico.

5.3.6.1. A estimativa anual de 50.000 m² corresponde a 4 intervenções de 12.500 m² no CETAS/MA, para fins de planejamento e formação do preço estimado, sendo o pagamento condicionado à emissão de Ordem de Serviço e à medição da área efetivamente executada.

5.3.6.2. Para as demais unidades — SUPES/MA, Imperatriz/MA e Santa Inês/MA —, a roçagem mecanizada via Ordem de Serviço somente será acionada quando o crescimento vegetativo superar a capacidade da capina manual rotineira, a critério do fiscal técnico da unidade.

5.3.6.3. Os profissionais mobilizados deverão ser enquadrados na categoria de Operador de Roçadeira, nos termos da CCT MA000098/2025.

5.3.6.4. É expressamente vedada a atribuição da operação de roçadeiras motorizadas a empregados ocupantes do posto de Servente de Limpeza.

5.3.6.5. São EPIs obrigatórios: capacete com viseira de proteção facial, protetor auricular tipo concha, óculos de proteção, luvas de raspa de couro, perneiras de proteção e botina de segurança com biqueira de aço.

5.3.6.6. A Contratada deverá apresentar à fiscalização, previamente ao início de cada intervenção, a documentação comprobatória do treinamento dos profissionais a serem mobilizados.

5.3.6.7. A Contratada deverá promover o recolhimento, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos vegetais resultantes.

5.3.6.8. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, a gasolina comum, o óleo lubrificante e demais insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos utilizados na roçagem mecanizada, bem como manter controle de abastecimento, consumo e estoque, quando solicitado pela fiscalização.

Poda de árvores

5.3.7. A poda técnica de árvores nas áreas das unidades do IBAMA/MA será executada mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico, com coleta, trituração quando aplicável, e destinação adequada dos resíduos vegetais gerados.

5.3.7.1. No CETAS-MA, a poda abrange aproximadamente 280 árvores distribuídas na área interna e nas margens do muro periférico, sendo obrigatória a utilização de máquina trituradora de galhos para processamento da biomassa resultante.

5.3.7.2. Aplicam-se a este serviço, no que couber, as exigências de EPIs e capacitação profissional previstas para a roçagem mecanizada.

5.3.7.3. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, a gasolina comum, o óleo lubrificante e demais insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos empregados na poda, trituração e demais operações correlatas, não cabendo ao IBAMA/MA qualquer obrigação de suprimento desses itens.

Dedetização

5.3.8. A dedetização compreenderá serviços de desinsetização, descupinização, desratização e repelência de morcegos nas áreas internas e externas das unidades do IBAMA/MA, mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico.

5.3.8.1. No CETAS-MA, a área de intervenção é de aproximadamente 6.000 m², com frequência mínima estimada de 3 (três) intervenções anuais.

5.3.8.2. A Contratada deverá dispor de alvará sanitário expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, responsável técnico habilitado com registro no conselho profissional competente e receituário agrônomo ou documento equivalente para os produtos saneantes.

5.3.8.3. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade, antialérgicos, antitóxicos, inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação e inofensivos à saúde humana, dentre aqueles permitidos pela ANVISA.

5.3.9. Limpeza de reservatórios d'água

5.3.9. A limpeza, higienização e desinfecção das caixas d'água e cisternas existentes nas unidades do IBAMA/MA será executada mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico.

5.3.9.1. No CETAS-MA, compreendem 4 (quatro) caixas d'água de 1.000 litros cada e 1 (uma) cisterna de 25.000 litros, com frequência mínima estimada de 2 (duas) intervenções anuais.

5.3.9.2. A execução deverá observar a ABNT NBR 5626:2020 e as regulamentações sanitárias vigentes.

5.3.9.3. Antes do início de cada intervenção, a Contratada deverá apresentar ao fiscal técnico o registro da empresa no CRQ, bem como comprovante de execução com identificação do responsável técnico, data e procedimentos adotados.

5.3.10. Limpeza de fossos de água

5.3.10. A limpeza dos fossos de água existentes nas unidades do IBAMA/MA será executada mediante Ordem de Serviço emitida pelo fiscal técnico, com destinação adequada dos resíduos gerados.

5.3.10.1. No CETAS-MA, compreendem 2 (dois) fossos, sendo o fosso 1 com 270 m² e o fosso 2 com 180 m², com frequência mínima estimada de 3 (três) intervenções anuais.

5.4. Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. O controle dos estoques dos insumos é responsabilidade da Contratada, que deverá apresentar ao fiscal administrativo, mensalmente, relatório de consumo e estoque de materiais.

5.4.2. Os materiais de limpeza e higienização a serem fornecidos pela Contratada compreendem, no mínimo, os seguintes itens, nas quantidades anuais estimadas:

Item	Descrição	Un.	Qtd. Licitar
01	Água sanitária 1L clorada 1x12	Un.	620
02	Álcool gel 70º 500ml 1x12	Un.	48
03	Álcool líquido 1L 70% 1x12	Un.	112
04	Bom ar/odorizador de ambiente 360ml 1x12	Un.	526
05	Desinfetante 5L	Un.	342
06	Desengraxante DX top 5L	Un.	6
07	Detergente 500ml FC 1x24	Un.	538
08	Escovão plástico	Un.	5
09	Esponja dupla face	Un.	283
10	Flanela 30x50	Un.	204
11	Inseticida aerosol 300ml 1x12	Un.	46
12	Limpa alumínio 500ml	Un.	11
13	Limpa vidro 500ml	Un.	15
14	Limpador perfumado/multiuso 1L hiper concentrado	Un.	132
15	Lustra móveis 200ml	Un.	1
16	Luva látex	Par	73
17	Luva nitrílica	Par	73
18	Mop mini zig zag	Un.	2
19	Naftalina 30G	Un.	31
20	Palha de aço	Un.	10
21	Pano para chão 40x65 flanelado	Un.	386
22	Papel higiênico 30m folha dupla 1x16	Un.	464
23	Papel toalha 20x20,5cm 100% celulose 1x5	Un.	1.250
24	Pedra sanitária 25g 1x108	Un.	568
25	Rodo plástico 40cm	Un.	4
26	Sabão em barra 1 kg	Un.	66
27	Sabão em pó 500g	Un.	202
28	Sabonete líquido 5L	Un.	44
29	Saco para lixo preto 100L (75x85)	Un.	94
30	Saco para lixo preto 200L (85x100)	Un.	44
31	Vassoura pelo sintético 30cm com cabo	Un.	13
32	Vassoura piaçava imperial	Un.	22

5.4.3. Todos os materiais devem ser industrializados, fornecidos nas embalagens originais dos fabricantes, lacradas e rotuladas, contendo, no mínimo, identificação do fabricante, país de origem e data de validade, exceto para itens de validade indeterminada.

5.4.4. A gestão do quantitativo fica a critério da Contratada, desde que atenda a todas as necessidades das unidades e apresente as especificações estabelecidas neste instrumento.

5.4.5. Os materiais poderão ser estocados em sala a ser disponibilizada pelo IBAMA/MA, sendo o acesso limitado à Contratada ou responsável por ela designado.

5.4.6. Quando a Contratada deixar de utilizar materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, a Administração poderá proceder à retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.4.7. A Contratada deverá identificar todos os seus equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade existentes nas dependências do IBAMA/MA por meio de etiquetas ou marcações visíveis com o nome ou logotipo da empresa, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.

5.4.8. Durante a prestação dos serviços, a Contratada deverá fornecer os seguintes equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de uso e substituindo-os em até 48 (quarenta e oito) horas em caso de dano ou defeito:

Item	Especificação	Un.
01	Aspirador de pó e água, tipo profissional, com certificação INMETRO e Selo Ruído PBE	01
02	Enceradeira industrial para lavar e encerar piso	01
03	Escada metálica extensível, comprimento mínimo de 6 m, com sapatas de borracha	01
04	Extensão elétrica conforme norma ABNT, comprimento 30 m	01
05	Lavadora de alta pressão para lavagem de pisos, pressão mínima de 1.800 lb/pol²	01
06	Armário tipo vestiário em aço, com trancas individualizadas, adequado ao número de empregados	01

5.4.8.1. Para a execução dos serviços sob demanda de roçagem mecanizada e poda, a Contratada deverá disponibilizar os seguintes equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de uso e substituindo-os em até 48 (quarenta e oito) horas em caso de dano ou defeito:

Item	Especificação	Un.
01	Aparador de cerca viva a gasolina	01
02	Roçadeira a gasolina para corte de grama	01
03	Soprador de ar para jardim	01
04	Tela de proteção para jardinagem, rolo de 1,0 x 25 m	01

5.4.8.2. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, a gasolina comum, o óleo lubrificante e demais insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos motorizados de sua responsabilidade, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.4.9. A Contratada deverá fornecer ao Artífice/Oficial de Manutenção Predial, às suas expensas, no mínimo, os seguintes utensílios, ferramentas e EPIs:

Ferramenta/Utensílio	Qtde.	EPI	Qtde.
Alicate	01	Óculos de segurança	01
Arco de serra	01	Máscara respirador valvulado PFF	01
Chave Allen	01	Luva de vaqueta	01
Chave de boca	01	Botina de segurança	01

Chave de fenda	01		
Chave de grifo	01		
Chave de teste	01		
Chave estrela	01		
Chave inglesa	01		
Espátula de aço	01		
Extensão elétrica	01		
Formão	01		
Furadeira	01		
Lima	01		
Martelo	01		
Multímetro	01		
Nível	01		
Parafusadeira	01		
Pincel/Rolo	01		
Trena	01		

5.4.10. A Contratada deverá fornecer, instalar e manter, em regime de comodato, os dispensers abaixo, instalando-os nos locais indicados pela fiscalização e substituindo-os em até 48 (quarenta e oito) horas em caso de dano, sem ônus adicionais para o Contratante:

Finalidade	Capacidade	Locais
Suporte de papel higiênico tipo rolo, material plástico	01 rolo com até 300 m	Todos os sanitários
Sabonete líquido, material plástico ABS, fixação em parede, visor frontal	Até 1.000 ml	Todos os lavatórios de banheiros e sanitários
Papel toalha interfolhado, material plástico ABS, fixação em parede, visor frontal	Até 2.000 folhas	Todos os lavatórios de banheiros e sanitários

5.5. Informações para dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.5.1. Quantitativo estimado de pessoas nas unidades:

Unidade	Servidores	Terceirizados	Total
SUPES/MA	71	32	103
CETAS-MA	4	21	25
Imperatriz/MA	6	12	18
Santa Inês/MA	6	6	12
Total	87	71	158

5.5.2. Considerar o quantitativo de 2 (duas) unidades de vale-transporte por profissional, a título de referência estimada para fins de composição da proposta, ficando a Contratada responsável pelo dimensionamento final do quantitativo necessário.

5.5.3. Considerar os valores pagos a título de auxílio-alimentação ou vale-alimentação conforme estabelecido pela CCT MA000098/2025.

5.5.4. Considerar como salário normativo da categoria profissional o fixado pela CCT MA000098/2025.

5.5.5. O percentual relativo ao aviso prévio trabalhado será de 1,94% no primeiro ano de vigência contratual, reduzindo-se a 0,194% a cada ano de prorrogação subsequente, a ser ajustado por ocasião da formalização do respectivo aditivo.

5.5.6. Será devido adicional de insalubridade para todos os postos de trabalho com lotação no Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS-MA, em razão da exposição ambiental habitual a agentes biológicos decorrentes da natureza da unidade.

5.5.6.1. Para fins de composição da proposta e da Planilha de Custos e Formação de Preços, o adicional de insalubridade dos postos alocados no CETAS-MA deverá ser precificado em grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

5.5.6.2. A Contratada deverá elaborar, às suas expensas, o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho — LTCAT e o Programa de Gerenciamento de Riscos — PGR relativos aos postos alocados no CETAS-MA, entregando cópia ao fiscal administrativo do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início da execução dos serviços nessa unidade.

5.5.6.3. Os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumulativos, aplicando-se ao trabalhador o mais vantajoso.

5.6. Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.6.1. O uniforme do Servente de Limpeza deverá compreender, no mínimo:

Descrição	Q t d e . semestral	Unidade
Calça comprida com elástico e cordão, tecido brim ou similar, com emblema da empresa	2	Peça
Camiseta malha fria 100% algodão, mangas curtas, com emblema da empresa	2	Peça
Meia em algodão tipo soquete	2	Par
Sapato de segurança de couro hidrófugo, fechamento em elástico, palmilha antibacteriana	1	Par
Crachá de identificação	1	Peça

5.6.2. O uniforme do Artífice/Oficial de Manutenção Predial deverá compreender, no mínimo:

Descrição	Qtde. semestral	Unidade
Calça comprida tipo brim reforçado, com emblema da empresa	2	Peça
Camiseta ou camisa manga longa, 100% algodão, com emblema da empresa	2	Peça
Meia em algodão tipo soquete	2	Par
Botina de segurança com biqueira de aço	1	Par
Crachá de identificação	1	Peça

5.6.3. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue no prazo máximo de 3 (três) dias contados do início da prestação dos serviços, devendo ser substituído 1 (um) conjunto completo a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer

tempo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atenda às condições mínimas de apresentação.

5.6.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.6.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao fiscal do contrato.

5.6.6. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao empregado, em nenhuma hipótese.

5.7. Procedimentos de transição e finalização

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Transição inicial: a Contratada deverá mobilizar todos os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, apresentando ao fiscal administrativo, no primeiro dia útil após a mobilização, a relação nominal dos empregados com número de CPF, RG, função, horário do posto e data de admissão, bem como as Carteiras de Trabalho e Previdência Social devidamente assinadas e os exames médicos admissionais.

5.7.2. Durante a vigência: a Contratada deverá manter atualizado o quadro de empregados, comunicando ao fiscal administrativo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração de quadro, inclusive admissão, demissão, afastamento ou substituição, apresentando a documentação correspondente.

5.7.3. Transição final: nos 60 (sessenta) dias anteriores ao encerramento da vigência contratual, a Contratada deverá elaborar inventário de todos os materiais, equipamentos e utensílios de sua propriedade existentes nas dependências do IBAMA/MA, realizar a devolução dos dispensers instalados com restauração das superfícies eventualmente deterioradas pela instalação, e apresentar ao fiscal administrativo comprovante de quitação de todas as obrigações trabalhistas dos empregados vinculados ao contrato.

5.7.4. Encerramento assistido: caso haja nova contratação para o mesmo objeto, a Contratada deverá cooperar com a transição para a nova empresa, repassando informações sobre as rotinas executadas, os pontos críticos de cada unidade e o histórico de ocorrências registradas durante a vigência do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o encerramento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos dos arts. 115 a 124 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 12.174, de 17 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.

6.2. O contrato será gerido e fiscalizado por servidores do IBAMA/MA formalmente designados por portaria publicada no Boletim de Serviço, antes do início da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017, arts. 17 a 22, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022, observada a seguinte estrutura de fiscalização:

a) Gestor do Contrato — responsável pela coordenação geral da execução contratual, pela comunicação oficial com a Contratada, pela instrução dos processos de pagamento, prorrogação, repactuação, reequilíbrio e rescisão, e pelo encaminhamento de providências que ultrapassem a competência dos fiscais;

b) Fiscal Técnico — responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, pela verificação do cumprimento das rotinas, frequências e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, pela aplicação do Instrumento de Medição de Resultado — IMR, pela emissão de Ordens de Serviço para os serviços sob demanda e pelo registro de ocorrências técnicas no processo SEI;

c) Fiscal Administrativo — responsável pela verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias da Contratada, pelo controle da documentação mensal obrigatória, pela gestão da conta-depósito vinculada

e pelo controle dos quantitativos de pessoal alocado;

d) Fiscais Setoriais — servidores designados nas unidades de Imperatriz/MA, Santa Inês/MA e CETAS/MA, responsáveis pelo acompanhamento presencial da execução dos serviços em cada localidade, pelo registro de ocorrências e pelo encaminhamento de informações ao Fiscal Técnico e ao Gestor. Na SUPES/MA, as funções de Fiscal Setorial serão exercidas pelo próprio Fiscal Técnico.

6.3. O Gestor e os Fiscais do contrato não poderão ser os mesmos servidores que integraram a equipe de planejamento da contratação, salvo comprovada indisponibilidade de outro servidor na unidade, hipótese em que deverá ser registrada justificativa formal nos autos, nos termos do art. 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. A portaria de designação dos agentes de fiscalização deverá conter, obrigatoriamente: nome completo e matrícula SIAPE de cada servidor designado; função exercida (Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo ou Fiscal Setorial); unidade de lotação; escopo de atuação por unidade de execução (para Fiscais Setoriais); e a identificação do substituto formal para as hipóteses de impedimento ou afastamento de cada agente.

6.5. O Gestor e os Fiscais do contrato deverão ser cientificados de suas atribuições antes do início da vigência contratual, sendo-lhes disponibilizados: cópia do contrato, do Termo de Referência, da planilha de custos e do Instrumento de Medição de Resultado — IMR; e garantida capacitação mínima sobre os procedimentos de fiscalização de contratos com DEMO, IN SEGES/MP nº 05/2017, arts. 17 a 22, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

6.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.7. As comunicações entre o IBAMA/MA e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, preferencialmente por meio do sistema SEI, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica institucional com confirmação de recebimento, ou ofício físico protocolado, nas hipóteses de urgência ou impossibilidade de acesso ao sistema. É vedada a instrução verbal de alterações na execução dos serviços.

6.8. O IBAMA/MA poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sendo o prazo máximo de comparecimento de 4 (quatro) horas úteis após a convocação para as unidades de São Luís/MA (SUPES/MA e CETAS/MA), e de 1 (um) dia útil para as unidades de Imperatriz/MA e Santa Inês/MA.

6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o IBAMA/MA deverá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial obrigatória, a ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. A ata da reunião inicial deverá ser formalizada e juntada ao processo SEI no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua realização.

Do Preposto da Contratada

6.10. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado. A designação deverá ser encaminhada ao Gestor do Contrato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação ao início da execução contratual.

6.11. A Contratada não está obrigada a manter preposto permanentemente nas dependências do IBAMA/MA. O preposto da Contratada deverá, obrigatoriamente:

a) inspecionar presencialmente cada uma das unidades de execução — SUPES/MA, CETAS/MA, Imperatriz/MA e Santa Inês/MA — no mínimo 1 (uma) vez por mês, em dias alternados entre os períodos matutino e vespertino, com registro em livro de ocorrências ou no sistema SEI;

b) comparecer presencialmente à SUPES/MA no prazo de até 4 (quatro) horas úteis após convocação do Gestor do Contrato, para situações nas unidades de São Luís/MA, e em até 1 (um) dia útil para situações nas unidades do interior;

c) manter disponibilidade por telefone e e-mail institucionais durante o horário de funcionamento das unidades do IBAMA/MA (segunda a sexta-feira, das 8h às 17h), podendo ser acionado fora desse horário nas hipóteses de

emergência;

d) apresentar-se à gestão e fiscalização quando de cada visita presencial, assinando o registro de presença;

e) estar sediado em São Luís/MA ou em município situado em raio máximo de 200 km de São Luís/MA, em consonância com o requisito de escritório do item 4.28 deste Termo de Referência.

6.12. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação formal de recusa.

Da Mobilização Inicial

6.13. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal Administrativo os seguintes documentos de mobilização:

a) relação nominal de todos os empregados alocados, contendo: nome completo, CPF, RG, função (CBO), unidade de lotação, horário do posto e data de admissão;

b) cópias das Carteiras de Trabalho e Previdência Social — CTPS com os registros de admissão devidamente anotados;

c) Atestados de Saúde Ocupacional — ASO admissionais, emitidos por médico do trabalho habilitado, para todos os empregados;

d) comprovante de entrega dos uniformes completos a cada empregado, mediante recibo assinado;

e) comprovante de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual — EPIs a cada empregado, mediante recibo assinado com identificação dos itens entregues;

f) comprovante de abertura da conta-depósito vinculada na instituição financeira conveniada, nos termos da IN SEGES /MGI nº 176/2024;

g) dados de contato do preposto: nome completo, CPF, telefone e e-mail corporativo.

6.14. A não apresentação de qualquer dos documentos listados no item 6.13 no prazo estabelecido caracteriza inexecução parcial do contrato, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Seção 9 deste Termo de Referência, sem prejuízo da glosa proporcional no primeiro pagamento.

Rotinas de Fiscalização

6.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, pelo Fiscal Técnico, pelo Fiscal Administrativo e pelos Fiscais Setoriais designados por unidade de execução, ou pelos respectivos substitutos formalmente indicados na portaria de designação, nos termos do art. 117, caput e §1º, da Lei nº 14.133 /2021 e do art. 7º do Decreto nº 12.174/2024.

Fiscalização Técnica

6.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. Para tanto, deverá realizar vistorias presenciais com a seguinte frequência mínima:

a) unidades de São Luís/MA (SUPES/MA e CETAS/MA): mínimo de 1 (uma) vistoria por semana em cada unidade;

b) unidades do interior (Imperatriz/MA e Santa Inês/MA): mínimo de 1 (uma) vistoria por mês em cada unidade, podendo delegar ao Fiscal Setorial respectivo, sem prejuízo de sua responsabilidade pela apuração dos resultados do IMR.

6.17. O fiscal técnico do contrato anotará no processo SEI vinculado ao contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O registro deverá ser efetuado no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a verificação da ocorrência.

6.18. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação formal por meio do SEI para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção conforme a Tabela de Prazos estabelecida no item 6.38 deste Termo de Referência, sendo vedada a concessão de prazo superior ao máximo ali fixado sem autorização expressa e fundamentada do Gestor do Contrato.

6.19. O fiscal técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato ao gestor do contrato no prazo máximo de 4 (quatro) horas úteis após a identificação da ocorrência.

6.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término da vigência, o encerramento do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.22. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas específicas para este contrato:

6.22.1. verificação semanal (São Luís/MA) e mensal (interior) da conformidade das rotinas de limpeza com as frequências e especificações técnicas previstas na Seção 5 deste Termo de Referência, com registro em formulário próprio (satisfatório/insatisfatório por rotina verificada);

6.22.2. verificação mensal do estoque de materiais de limpeza disponibilizados pela Contratada em cada unidade, confrontando com a lista de itens obrigatórios do Anexo de Materiais e Equipamentos;

6.22.3. verificação do uso de uniformes e EPIs por todos os trabalhadores alocados, com registro de inconformidade na mesma data da verificação;

6.22.4. verificação mensal da conformidade dos dispensers instalados (quantidade, localização e funcionamento), confrontando com o quadro de instalação previsto na Seção 5 deste TR;

6.22.5. conferência da escala de trabalho apresentada pela Contratada, verificando a cobertura integral dos postos nos dias úteis e eventuais substituições, com registro das ausências não repostas no prazo fixado na Tabela do item 6.38;

6.22.6. acompanhamento das Ordens de Serviço emitidas para os serviços sob demanda (roçagem, poda, dedetização, reservatórios e fossos), verificando o prazo de execução, os quantitativos executados e a conformidade técnica, para fins de medição e pagamento.

6.23. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.24. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.25. O fiscal técnico do contrato deverá elaborar Relatório Mensal de Fiscalização Técnica até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, contendo: avaliação das rotinas por unidade; ocorrências registradas e notificações emitidas no período; Ordens de Serviço emitidas e atestadas para serviços sob demanda, com quantitativos medidos; resultado do IMR com o cálculo das glosas propostas; e recomendação de pagamento integral ou com glosa.

6.26. Para a compensação da jornada prevista no Decreto nº 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.27. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista. A Contratada deverá manter os registros disponíveis para fiscalização a qualquer momento, devendo apresentá-los ao Fiscal Administrativo no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após solicitação formal.

- 6.28.** O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no Termo de Recebimento Provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato, com a indicação nominal de cada trabalhador, o quantitativo de horas a compensar ou já compensadas e o saldo resultante.
- 6.29.** Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale-transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.30.** O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado. O Fiscal Administrativo deverá verificar a cláusula pertinente da CCT MA000098 /2025 (e sucessoras) antes de propor qualquer desconto a esse título.
- 6.31.** Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale-alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.32.** Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do Gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao Gestor do Contrato. A escala de revezamento deverá ser apresentada pela Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação ao início do período de recesso.
- 6.33.** O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.34.** O fiscal técnico deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório, com as seguintes informações:
- 6.34.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.34.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.34.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.34.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.35.** Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.35.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
 - 6.35.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
 - 6.35.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
 - 6.35.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.36.** Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.37.** O fiscal técnico deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório com as seguintes informações:
- 6.37.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.37.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Tabela de Prazos para Correção de Irregularidades

- 6.38.** Identificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o Fiscal Técnico ou Setorial notificará o preposto da Contratada, fixando os seguintes prazos máximos para regularização, conforme a natureza da ocorrência:

--	--	--

Natureza da Irregularidade	Prazo Máximo	Consequência do Descumprimento
Falta de trabalhador sem substituto — São Luís/MA	2 horas úteis	Glosa proporcional (custo diário do posto)
Falta de trabalhador sem substituto — interior (Imperatriz/MA ou Santa Inês/MA)	1 dia útil	Glosa proporcional (custo diário do posto)
Área não atendida conforme rotina do TR	24 horas corridas	Registro no IMR + glosa (Anexo IMR)
Ausência de item obrigatório de material	24 horas corridas	Registro no IMR + glosa (Anexo IMR)
Equipamento defeituoso ou ausente	48 horas corridas	Registro no IMR + glosa (Anexo IMR)
Ausência de uniforme ou EPI em trabalhador	Imediata (mesmo turno)	Notificação + 3% sobre valor do posto no mês
Irregularidade documental (trabalhista/previdenciária)	5 dias úteis	Retenção proporcional do pagamento
Inadimplemento de verbas rescisórias	10 dias úteis	Execução da garantia + análise de rescisão
Falha nos dispensers (ausência ou quebra)	48 horas corridas	Registro no IMR + glosa (Anexo IMR)
Descumprimento de prazo em OS sob demanda	Prazo da própria OS	Glosa sobre o valor da OS em atraso

Fiscalização Administrativa

- 6.39.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. O Fiscal Administrativo deverá elaborar Relatório Mensal de Fiscalização Administrativa até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, encaminhando-o ao Gestor do Contrato para fins de instrução do processo de liquidação.
- 6.40.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a identificação do descumprimento, para que tome as providências cabíveis quando ultrapassar a sua competência.
- 6.41.** Além do disposto acima, a fiscalização administrativa obedecerá às seguintes rotinas obrigatórias:
- 6.41.1. verificação mensal, no SICAF e nos portais CEIS, CNEP e CNDT, da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, com registro do resultado no processo SEI;
 - 6.41.2. conferência mensal dos depósitos realizados na conta-depósito vinculada, nos termos da IN SEGES/MGI nº 176/2024, verificando a conformidade dos valores provisionados para férias, 13º salário, FGTS rescisório e demais encargos;
 - 6.41.3. verificação da regularidade e vigência da garantia contratual prestada, com comunicação ao Gestor do Contrato em caso de vencimento, insuficiência de cobertura ou sinistro;
 - 6.41.4. verificação mensal, por amostragem ou totalidade, do pagamento dos salários, vale-transporte e vale-alimentação nos valores estabelecidos pela CCT MA000098/2025 e sucessoras, confrontando com os valores da planilha de custos do contrato.
- 6.42.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.43.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

- 6.43.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.43.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.43.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.43.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS dos empregados admitidos, devidamente assinada pela contratada;
- 6.43.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.
- 6.43.1.2. entrega até o dia 10º (décimo) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação no SICAF:
- 6.43.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União — CND;
- 6.43.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
- 6.43.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS — CRF; e
- 6.43.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.
- 6.43.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.43.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- 6.43.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços;
- 6.43.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços;
- 6.43.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação);
- 6.43.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.43.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 ou, quando aplicável, do art. 14 da Lei nº 14.967/2024.
- 6.43.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.43.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato;
- 6.43.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS referentes às rescisões contratuais;
- 6.43.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.43.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.44.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.43.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.45.** A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.43.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.46.** A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva na prestação de serviços contratados.
- 6.47.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.48.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.49.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.50.** O item 6.50 não está presente no texto encaminhado.

- 6.51.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.52.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil.
- 6.53.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.54.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.55.** A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.56.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.57.** Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.58.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.59.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.60.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.61.** O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.62.** A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.63.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.64.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.65.** A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.65.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.65.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.66. As compensações de jornada limitam-se:

6.66.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.66.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.67. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.68. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.69. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.70. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas estabelecidas neste TR.

6.71. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.72. O relatório de programação das férias conterá: relação dos colaboradores alocados no contrato; cargo ou função; data de admissão; datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição programada das férias; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.73. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.73.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.73.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133/2021.

6.74. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses contados da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.75. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante comunicação formal encaminhada por meio do sistema SEI, acompanhada de justificativa fundamentada para a alteração solicitada, sem prejuízo da manutenção da cobertura integral dos postos de trabalho durante o período de fruição.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I — Instrumento de Medição de Resultado, sem prejuízo da aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- o resultado mensal apurado mediante aplicação do IMR previsto no Anexo I, com os descontos proporcionais calculados na forma da Tabela de Pontuação ali estabelecida;
- a glosa proporcional por horas não trabalhadas ou postos descobertos, apurada pelo Fiscal Técnico e pelos Fiscais Setoriais mediante os Relatórios de Acompanhamento de Serviços mensais, calculada pela fórmula: $\text{Valor da glosa} = (\text{Horas não trabalhadas} / \text{Total de horas mensais do posto}) \times \text{Valor mensal do posto}$;
- a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, comprovadas documentalmente pelo Fiscal Administrativo, conforme rol de documentos estabelecido na Seção 6 deste Termo de Referência.

Recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 Para fins de recebimento provisório, considera-se concluída a etapa mensal de faturamento quando a Contratada apresentar, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente, os seguintes documentos: (i) Relatório de Prestação de Serviços do mês de referência; (ii) relatório de frequência e ponto dos trabalhadores; (iii) comprovantes de pagamento de salários e benefícios do mês anterior; e (iv) guias de recolhimento de FGTS e Previdência Social do mês anterior. A Nota Fiscal ou Fatura será emitida pela Contratada somente após a comunicação do Gestor do Contrato, nos termos do item 7.16.4 deste Termo de Referência, com o valor exato apurado após a aplicação do IMR e demais glosas.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, incluindo a pontuação apurada no IMR do período.

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, incluindo a verificação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS.

7.9 O fiscal setorial do contrato realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo no âmbito de sua unidade, encaminhando o Relatório de Acompanhamento de Serviços ao Gestor do Contrato até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período mensal, correspondente ao mês-calendário de execução dos serviços, com faturamento em ciclo mensal subsequente.

7.11 Ao final de cada período mensal de faturamento:

- o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, com base nos indicadores do IMR e nos relatórios dos

Fiscais Setoriais, podendo resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato;

- o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.16 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, com menção ao desempenho da Contratada na execução contratual, baseado nos indicadores do IMR e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, já computados os descontos e glosas apurados; e
- enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (I) o prazo de validade; (II) a data da emissão; (III) os dados do contrato e do órgão contratante; (IV) o período respectivo de execução do contrato; (V) o valor a pagar; e (VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: (i) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e (ii) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade.

7.26 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes.

7.28 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual

nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla.

7.29 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA, calculado pro rata die.

Forma de pagamento

7.32 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.33 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.36 A pedido da Contratada, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.36.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.36.2 A revisão prevista no item acima, caso requerida pela Contratada, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.37 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada.

7.38 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir de 1º de março de cada ano, data de início dos efeitos financeiros da Convenção Coletiva de Trabalho das empresas de Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza do Estado do Maranhão (CCT MA000098/2025 e suas sucessoras), relativa às categorias de Servente de Limpeza (CBO 5142-20) e Artífice de Manutenção Predial (CBO 5143-25);
- para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.44.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do paradigma utilizado pela Administração.

7.44.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual.

7.44.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração superiores aos estabelecidos na contratação.

7.44.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada.

7.45 Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula: $R = V (I - I) / I$, onde: R = Valor do reajustamento procurado; V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada; I = índice inicial, referente à data de apresentação da proposta; I = índice relativo ao mês do reajustamento.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.47 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.48 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.49 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.50 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.51 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.52 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.53 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.54 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.55 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos

cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.56 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.57 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do fornecimento, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.58 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.59 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.60 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.61 A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.62 Caso a Contratada esteja sujeita ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.63 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.63.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de crédito

7.64 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.64.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.64.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

7.64.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de

direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.64.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.65 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-depósito vinculada

7.66 Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada serão as estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 2024, e no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98/2022.

7.67 Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias, conforme Termo de Cooperação Técnica vigente entre o IBAMA e a instituição financeira gestora.

7.68 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.69 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.70 A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP nº 05/2017.

7.71 O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do IBAMA e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 13º salário;
- férias e um terço constitucional de férias;
- multa sobre o FGTS; e
- encargos sobre férias e 13º salário.

7.72 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

7.73 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IBAMA e a instituição financeira.

7.74 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa prestadora dos serviços.

7.75 A Contratada poderá solicitar a autorização do IBAMA para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.76 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.77 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.78 A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.79 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

7.80 O pagamento pelo fato gerador não será adotado nesta contratação.

7.81 A sistemática de pagamento prevista nesta seção observará, de forma exclusiva, a conta-depósito vinculada, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.82 Eventuais ajustes operacionais relativos à execução das provisões trabalhistas observarão a regulamentação vigente e as orientações da fiscalização contratual.

7.83 Os casos omissos serão solucionados pela Administração, com fundamento na legislação aplicável e nas regras contratuais pertinentes.

7.84 A adoção da conta-depósito vinculada afasta a sistemática de pagamento pelo fato gerador, por se tratarem de mecanismos alternativos e incompatíveis entre si.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar terá prazo máximo de 3 (três) anos.

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 8.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 8.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.3.1. A sanção de declaração de inidoneidade terá prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

8.2.4. Multa.

8.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea "d" do subitem 8.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela mensal inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 8.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea "c" do subitem 8.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea "b" do subitem 8.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea "d" do subitem 8.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando o atraso ultrapassar o limite previsto no subitem 8.2.4.1 ou quando resultar em dano concreto relevante à Administração.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do subitem 8.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da parcela mensal inadimplida.

8.2.4.7.1. Ausência injustificada de empregado ao posto de trabalho sem substituição no prazo de 2 (duas) horas previsto na Tabela de Prazos do item 6.38 deste Termo de Referência: glosa proporcional ao período não trabalhado, apurada conforme o item 7.3.2, sem prejuízo da multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal por posto descoberto por período superior a 1 (um) dia útil consecutivo.

8.2.4.7.2. Descumprimento das obrigações de mobilização previstas no item 6.13: multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato por documento não apresentado no prazo, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mensal.

8.2.4.7.3. Não substituição do preposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no item 6.12: multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia de descumprimento, a partir do 6º dia útil, limitada a 10% (dez por cento) do valor mensal.

8.2.4.7.4. Descumprimento das obrigações de renovação ou complementação da garantia contratual no prazo previsto nos itens 4.10 e 4.17: aplicação da multa moratória do subitem 8.2.4.2, sem prejuízo da possibilidade de extinção contratual nos termos do subitem 8.2.4.2.1.

8.2.4.7.5. Não entrega, no prazo, da documentação mensal exigida para liquidação da nota fiscal: multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da fatura por documento e por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) do valor mensal.

8.2.4.7.6. Execução de serviço sob demanda fora do prazo fixado na respectiva Ordem de Serviço: multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da Ordem de Serviço inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor, convertendo-se em multa compensatória de 10% (dez por cento) após atingido o limite.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A modalidade Pregão Eletrônico é adotada por se tratar de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência. O critério de menor preço é adequado ao objeto, devendo o julgamento ser realizado com base no valor global anual da proposta, compatível com a estrutura de postos fixos e serviços sob demanda adotada.

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**. Adota-se esse regime por ser o mais adequado à natureza do objeto, cujos quantitativos são mensuráveis por posto de trabalho, por metro quadrado de área e por Ordem de Serviço para os serviços sob demanda, permitindo aferição proporcional da execução e glosa específica por unidade não cumprida, conforme o modelo de IMR adotado na Seção 7 deste Termo de Referência.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas propostas que adotem, na Planilha de Custos e Formação de Preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº MA000098/2025, registrada no MTE, com vigência no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025:

a) salário-base do Servente de Limpeza (CBO 5142-20): R\$ 1.530,00 mensais, correspondente ao piso normativo da categoria previsto na tabela salarial da CCT MA000098/2025;

b) salário-base do Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CBO 5143-25): R\$ 1.734,00 mensais, correspondente ao piso da categoria previsto na CCT MA000098/2025;

c) auxílio-alimentação: R\$ 30,00 por dia trabalhado;

d) vale-transporte: conforme tarifa de transporte público vigente na localidade de execução dos serviços, limitado ao percentual legal de desconto de 6% sobre o salário-base;

e) auxílio-saúde, assistencial, securitário ou odontológico: nos valores previstos na CCT MA000098/2025, quando exigível para a categoria.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam da Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da IN SEGES nº 05/2017, disponibilizada como anexo obrigatório ao Edital.

9.4. Para fins de habilitação jurídica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, conforme sua natureza:

9.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.2. Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, com verificação de autenticidade no sítio eletrônico oficial.

9.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, o interessado deverá apresentar:

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ.

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

9.6. Para fins de qualificação econômico-financeira, o interessado deverá apresentar:

9.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

9.6.3. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, cumulativamente:

a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado anual da contratação; e

b) Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, correspondente a **R\$ 67.314,70 (sessenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e setenta centavos)**

.

9.6.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.6.5. Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício social no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.6. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício — DRE, relativa ao último exercício social; e

b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.7. Para fins de qualificação técnica, o interessado deverá apresentar:

9.7.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.7.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, observados os seguintes requisitos mínimos:

a) experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de limpeza, conservação ou manutenção predial, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

b) execução de contrato(s) envolvendo no mínimo 6 (seis) postos de trabalho, correspondente a 50% dos 11 (onze) postos a serem contratados;

c) os atestados deverão comprovar execução de serviços prestados de forma continuada, sendo admitidos atestados referentes a períodos não contínuos.

9.7.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.7.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

9.7.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.7.7. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório com estrutura administrativa mínima no Município de São Luís/MA ou em município situado em raio de até 200 km de São Luís/MA, o que deverá ser comprovado documentalmente no prazo máximo de 60 dias contados do início da vigência do contrato.

9.8. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.

9.11. A participação de cooperativas não será admitida.

- 9.12.** Os serviços contratados não demandam registro em conselho profissional, nem apresentação de responsável técnico específico.
- 9.13.** A proposta deverá ser apresentada com observância do valor global anual e dos valores unitários constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 9.14.** Não será admitida proposta com valores inferiores aos pisos normativos e aos encargos mínimos definidos na Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 9.15.** A comprovação da exequibilidade da proposta poderá ser exigida sempre que a Administração identificar indícios de inexecutabilidade ou inconsistência entre os valores ofertados e os custos mínimos de contratação.
- 9.16.** Os licitantes deverão apresentar declaração de que dispõem ou disporão, no prazo contratual, de condições operacionais compatíveis com a execução simultânea dos serviços nas unidades contempladas.
- 9.17.** É vedada a participação de cooperativas de trabalho, em razão da incompatibilidade do regime cooperativo com a dedicação exclusiva de mão de obra.
- 9.18.** O licitante vencedor deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, os documentos complementares eventualmente exigidos para a formalização da contratação e início da execução.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 673.146,96 (seiscentos e setenta e três mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos)** ao ano, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da IN SEGES nº 05/2017 e com a CCT MA000098/2025, disponibilizada como anexo obrigatório ao Edital.

10.1.1. Os custos unitários por posto de trabalho e por serviço que embasam o valor estimado são os seguintes:

Local	Item	CATSER	Descrição	Unid.	Qtde.	Mediana (R\$)	Valor Anual (R\$)
SUPES /MA	01	27782	Limpeza áreas internas — 40h	m²	37.440	5,00	187.200,00
SUPES /MA	02	23434	Limpeza áreas externas — 40h	m²	18.432	1,96	36.126,72
SUPES /MA	03	24112	Limpeza banheiros — 40h	m²	1.857	13,97	25.942,29
SUPES /MA	04	24112	Esquadrias — 40h	m²	3.308	1,25	4.135,00
SUPES /MA	05	25631	Artífice CBO 5143-25 — 40h	posto	1	6.073,82	72.885,85
CETAS-MA	06	27782	Limpeza áreas internas — 40h	m²	14.400	5,00	72.000,00
CETAS-MA	07	23434	Limpeza áreas externas — 40h	m²	34.800	1,96	68.208,00
CETAS-MA	08	24112	Limpeza banheiros — 40h	m²	2.880	13,97	40.233,60
CETAS-							

MA	09	24112	Esquadrias — 40h	m²	1.632	1,25	2.040,00
CETAS-MA	10	23434	Roçagem/capinação/poda — sob demanda, periodicidade mínima trimestral (4 intervenções /ano × 12.500 m²)	m²	50.000	1,96	98.000,00
Imperatriz/MA	11	27782	Limpeza áreas internas — 40h	m²	4.036,80	5,00	20.184,00
Imperatriz/MA	12	23434	Limpeza áreas externas — 40h	m²	2.987,04	1,96	5.854,60
Imperatriz/MA	13	24112	Limpeza banheiros — 40h	m²	767,28	13,97	10.718,90
Santa Inês/MA	14	27782	Limpeza áreas internas — 40h	m²	4.061,40	5,00	20.307,00
Santa Inês/MA	15	23434	Limpeza áreas externas — 40h	m²	2.797,56	1,96	5.483,22
Santa Inês/MA	16	24112	Limpeza banheiros — 40h	m²	274,00	13,97	3.827,78
TOTAL ANUAL							R \$ 673.146,96

A tabela acima foi incluída para garantir transparência e permitir a verificação da exequibilidade por item, conforme exigência do checklist da AGU. Os valores unitários reproduzem integralmente as medianas apuradas na Pesquisa de Preços nº 21/2026. Os CATSERs ainda referenciam jornada de 44 horas semanais nas descrições do Catálogo de Serviços, pois o referido catálogo ainda não foi atualizado pelo MGI para refletir a redução de jornada determinada pela IN SEGES/MGI nº 381/2025; os valores foram mantidos como parâmetro de mercado, sendo os custos da Planilha de Custos calculados com base na jornada de 40 horas, conforme ETP nº 3/2026, seção 5.

10.2. O valor estimado foi apurado com base na mediana dos preços praticados no mercado, obtida por meio da Pesquisa de Preços nº 21/2026 (processo SEI nº 02012.000612/2026-36), conduzida em conformidade com a IN SEGES/MGI nº 65, de 7 de julho de 2021, mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, com utilização da mediana como estatística de referência para afastamento de valores atípicos e filtro de 12 meses.

10.3. O valor estimado leva em consideração a jornada de 40 horas semanais, nos termos do Decreto nº 12.174/2024 e da IN SEGES/MGI nº 381/2025, e os pisos salariais estabelecidos pela CCT MA000098/2025, cujos valores foram considerados como custos mínimos relevantes para fins de verificação de exequibilidade das propostas, conforme item 9.3 deste Termo de Referência.

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na Matriz de Riscos constante do Contrato Administrativo, elaborada nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 193110 — Superintendência Estadual do IBAMA no Maranhão — SUPES/MA;

- b) Fonte de recursos: 1050000186;
- c) Programa de trabalho: 218.122.0032.2000.0001;
- d) Elemento de despesa: 33.90.37.02;
- e) Plano interno: 200070.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Gestor do Contrato, ouvidos o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, a IN SEGES nº 05/2017 e a CCT MA000098/2025, e desde que não contrariem as disposições deste instrumento.

12.3. Fazem parte integrante deste Termo de Referência, independentemente de transcrição, os seguintes documentos juntados ao processo SEI nº 02012.000612/2026-36:

- a) Estudo Técnico Preliminar nº 3/2026;
- b) Pesquisa de Preços nº 21/2026;
- c) Convenção Coletiva de Trabalho — CCT MA000098/2025;
- d) Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo VII-D da IN SEGES nº 05/2017);
- e) Análise de Riscos da contratação, elaborada pela Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Nota de Reserva Orçamentária relativa ao exercício de 2026, nos termos do art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 16 da LC nº 101/2000;
- g) Instrumento de Medição de Resultado — IMR (Anexo I deste Termo de Referência).

Equipe de Planejamento da Contratação

FRANCISCO COSTA MESQUITA- Analista ambiental — IBAMA/MA

Integrante Requisitante

MARY DALVA PINTO SOARES- Técnico Adminsitrativo — IBAMA/MA

Integrante Técnico

13. ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR

Processo SEI nº 02012.000612/2026-36

Contratação de Serviços Continuados de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra — IBAMA/MA

Base normativa: Anexo V-B da IN SEGES nº 05/2017; art. 117 e art. 140 da Lei nº 14.133/2021; CCT MA000098/2025

ÍNDICE DE INDICADORES

Nº	Indicador	Responsável pela Aferição	Periodicidade
01	Uniformes e EPIs	Fiscal Técnico / Fiscal Setorial	Diária
02	Materiais e Equipamentos	Fiscal Técnico / Fiscal Setorial	Diária
03	Presença e Conduta dos Empregados	Fiscal Técnico / Fiscal Setorial	Diária
04	Execução dos Serviços de Limpeza e Conservação	Fiscal Técnico / Fiscal Setorial	Diária
05	Serviços do Artífice/Oficial de Manutenção Predial	Fiscal Técnico	Semanal/Por demanda
06	Serviços Sob Demanda (Roçagem, Poda, Dedetização, Reservatórios, Fossas)	Fiscal Técnico	Por Ordem de Serviço
07	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Documentação DEMO	Fiscal Administrativo	Mensal

REGRAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

RG-1. Os pontos acumulados em cada indicador são **cumulativos** entre si, somando-se ao final do mês de competência para apuração do desconto único.

RG-2. O acúmulo de pontos é **mensal**, zerando-se no início do mês seguinte, sem prejuízo das sanções previstas na Seção 8 do Termo de Referência para condutas reincidentes.

RG-3. Em caso de **reincidência da mesma ocorrência no mesmo mês**, acrescenta-se **5,0 pontos adicionais** à contagem, por episódio reincidente.

RG-4. O acúmulo de **mais de 30 pontos no mês** configura **inexecução parcial** do contrato, sujeitando a Contratada às sanções dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do desconto correspondente.

RG-5. As ocorrências deverão ser **registradas imediatamente** pelo Fiscal em despacho no SEI, com indicação do indicador, data, unidade e descrição da ocorrência.

RG-6. A Contratada será **notificada por escrito** (via SEI ou e-mail institucional) sobre cada ocorrência registrada no mesmo dia ou no primeiro dia útil seguinte, assegurado o contraditório no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

RG-7. Os descontos apurados serão deduzidos da **Nota Fiscal do mês de competência**, conforme Seção 7 do Termo de Referência, não sendo admitida dedução retroativa em meses anteriores.

RG-8. O IMR aplica-se individualmente a cada unidade (SUPES/MA, CETAS-MA, Imperatriz e Santa Inês), apurando-se os pontos separadamente por unidade. O desconto mensal total será calculado pelo Gestor do Contrato com base nos resultados de cada unidade, ponderados pelo respectivo peso no valor global do contrato, conforme tabela abaixo, e registrado no Termo de Recebimento Definitivo.

Unidade	Valor Anual (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Peso (%)
SUPES/MA	326.289,86	27.190,82	48,47%
CETAS-MA	280.481,60	23.373,47	41,67%
Imperatriz/MA	36.757,50	3.063,13	5,46%
Santa Inês/MA	29.618,00	2.468,17	4,40%
Total	673.146,96	56.095,58	100%

INDICADOR Nº 01 — UNIFORMES E EPIs

Campo	Conteúdo
Finalidade	Garantir a uniformização adequada e o uso dos EPIs por todos os empregados da Contratada durante a execução dos serviços
Meta	100% dos empregados uniformizados e com EPIs adequados ao tipo de serviço executado
Instrumento de medição	Conferência visual in loco
Forma de acompanhamento	Visual, pelo Fiscal Técnico e Fiscais Setoriais de cada unidade
Periodicidade	Diária, no início e durante a jornada
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial

Ocorrência	Pontuação
Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme no início da execução do contrato ou na renovação semestral prevista no TR	2,0 pontos por dia, por empregado afetado
Deixar de substituir peça de uniforme danificada, inadequada ao tamanho ou recusada pelo Fiscal no prazo de 5 dias úteis	1,0 ponto por dia, por empregado
Empregado em serviço sem uniforme completo ou com uniforme identificado de outra empresa	1,0 ponto por dia, por empregado
Empregado executando serviços de risco (produtos químicos, trabalho em altura, manejo de resíduos) sem uso de EPI adequado	2,0 pontos por ocorrência, por empregado
Não manter estoque de reposição de EPIs nas condições previstas no TR	1,0 ponto por dia

INDICADOR Nº 02 — MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Campo	Conteúdo

Finalidade	Garantir o fornecimento, a quantidade, a qualidade e a disponibilidade permanente dos materiais de limpeza, equipamentos e dispensers previstos no TR	
Meta	100% dos materiais, equipamentos e dispensers fornecidos nas quantidades, qualidade e prazos previstos no TR	
Instrumento de medição	Conferência local e registro no livro de ocorrências / SEI	
Forma de acompanhamento	Visual e documental, pelo Fiscal Técnico e Fiscais Setoriais	
Periodicidade	Diária para materiais de consumo; mensal para verificação do estoque mínimo; trimestral para dispensers e equipamentos	
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial	
Ocorrência		Pontuação
Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos necessários no início da execução do contrato		2,0 pontos por dia de atraso
Atraso no fornecimento mensal ou trimestral de materiais de limpeza previstos no TR		1,0 ponto por dia, por unidade afetada
Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no TR sem reposição no prazo de 48 horas		1,0 ponto por dia, por item em falta
Não substituição de material ou produto em desconformidade com as especificações de qualidade do TR no prazo de 5 dias úteis		1,0 ponto por dia
Atraso na substituição de equipamento danificado durante o uso no prazo de 48 horas		1,0 ponto por dia, por equipamento
Ausência ou mau funcionamento de dispenser de sabonete líquido, papel toalha ou papel higiênico em instalação sanitária por mais de 1 dia útil		0,5 ponto por dia, por unidade/banheiro afetado
Uso de produto de limpeza não registrado na ANVISA/MAPA ou incompatível com as especificações do TR		2,0 pontos por ocorrência

INDICADOR Nº 03 — PRESENÇA E CONDUTA DOS EMPREGADOS

Campo	Conteúdo	
Finalidade	Garantir a presença integral dos postos de trabalho contratados, a pontualidade, a conduta compatível e a substituição de empregados ausentes ou inadequados no prazo previsto no TR	
Meta	100% de presença e cobertura dos postos; conduta compatível com o ambiente institucional federal	
Instrumento de medição	Folha de ponto, conferência visual e registros do Fiscal Setorial	
Forma de acompanhamento	Diária, pelo Fiscal Técnico e Fiscais Setoriais de cada unidade	
Periodicidade	Diária	
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial	
Ocorrência		Pontuação
Ausência de empregado no posto de trabalho sem substituto apresentado no prazo de 2 horas previsto no TR		2,0 pontos por dia, por posto descoberto
Atraso na apresentação de substituto entre 2h01 e 4 horas após o início da jornada		1,0 ponto por ocorrência, por posto
Abandono do posto de trabalho sem justificativa durante a jornada		1,0 ponto por ocorrência, por empregado

Recusa injustificada a executar tarefa compatível com o posto de trabalho	1,0 ponto por ocorrência, por empregado
Empregado com conduta incompatível com o ambiente institucional (grosseira, conflitos, desrespeito a servidores ou visitantes)	2,0 pontos por ocorrência
Dano a documentos, equipamentos ou bens da Administração por culpa ou dolo do empregado	3,0 pontos por ocorrência (sem prejuízo do ressarcimento)
Não respeito aos horários de jornada, intervalos ou turnos estabelecidos	0,5 ponto por ocorrência, por empregado
Atraso na substituição de empregado com rendimento insatisfatório após notificação formal, além do prazo de 10 dias úteis previsto no TR	2,0 pontos por dia, por empregado não substituído
Empregado exercendo atividades não previstas no contrato (desvio de função) sem comunicação ao Fiscal	1,0 ponto por ocorrência

INDICADOR Nº 04 — EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Campo	Conteúdo
Finalidade	Garantir a plena execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização em todas as unidades, nas frequências e padrões de qualidade definidos na Seção 5 do TR
Meta	100% das tarefas executadas nas frequências, áreas e padrões estabelecidos no TR
Instrumento de medição	Inspeção visual; Formulário de Verificação de Qualidade dos Serviços (a ser preenchido mensalmente pelo Fiscal Setorial de cada unidade)
Forma de acompanhamento	Diária para rotinas básicas; semanal para rotinas periódicas; mensal para rotinas específicas
Periodicidade	Diária / semanal / mensal conforme frequência de cada tarefa
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial

Ocorrência	Pontuação
Deixar de executar tarefa de limpeza diária (varredura, coleta de lixo, higienização de banheiros) em qualquer unidade, sem justificativa	1,0 ponto por tarefa não executada, por unidade
Resultado ineficiente comprovado: manchas em pisos ou vidros, sujeira acumulada em móveis ou equipamentos, lixo não recolhido no horário, sanitário sem higienização	0,5 ponto por ocorrência, por ambiente
Deixar de executar tarefa de limpeza semanal (limpeza de esquadrias internas, lustração, limpeza de rodapés) na frequência estabelecida	1,0 ponto por tarefa, por semana de omissão
Deixar de executar tarefa mensal ou trimestral (limpeza de vidros externos, lavagem de calçadas, limpeza de luminárias) na frequência estabelecida	1,5 ponto por tarefa, por período de omissão
Utilização inadequada de produtos de limpeza, causando danos às superfícies ou resultado insatisfatório	1,0 ponto por ocorrência
Deixar de apresentar ou substituir o preposto no prazo estabelecido no TR (48 horas para substituição)	2,0 pontos por dia
Não atendimento a solicitação formal do Gestor ou Fiscal Técnico no prazo de 24 horas	1,0 ponto por ocorrência
Não cumprimento do horário de funcionamento dos postos sem justificativa	1,0 ponto por ocorrência, por posto
Descumprimento das especificações de limpeza do CETAS-MA (áreas de triagem de animais, recintos, quarentena) previstas na Seção 5 do TR	2,0 pontos por ocorrência (criticidade ambiental e sanitária)

INDICADOR Nº 05 — SERVIÇOS DO ARTÍFICE/OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Campo	Conteúdo
Finalidade	Garantir a execução integral das atribuições do posto de Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CBO 5143-25), cobrindo SUPES/MA e CETAS-MA, conforme escopo definido na Seção 5 do TR
Meta	100% das demandas de manutenção corretiva de baixa complexidade atendidas nos prazos e com a qualidade técnica requerida
Instrumento de medição	Registro de Ordens de Serviço internas; inspeção técnica pelo Fiscal Técnico
Forma de acompanhamento	Semanal para rotinas preventivas; imediato para demandas corretivas urgentes
Periodicidade	Semanal e por demanda
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial
Ocorrência	Pontuação
Não atendimento a demanda de manutenção corretiva simples (troca de lâmpada, conserto de torneira, ajuste de dobradiça etc.) no prazo de 24 horas após solicitação formal	1,5 ponto por dia de atraso, por demanda
Não atendimento a demanda de manutenção corretiva urgente (vazamento ativo, curto-circuito, vidro quebrado com risco) no prazo de 4 horas	3,0 pontos por ocorrência
Serviço executado com qualidade técnica insuficiente, exigindo retrabalho constatado pelo Fiscal Técnico	1,0 ponto por ocorrência
Ausência do Artífice no posto sem substituto ou sem comunicação prévia ao Fiscal Técnico	2,0 pontos por dia de ausência não coberta
Não realização das rotinas preventivas semanais (verificação de instalações elétricas, hidráulicas e estruturais básicas) sem justificativa	1,0 ponto por semana de omissão
Execução de serviço que ultrapasse o escopo do posto sem prévia autorização do Fiscal Técnico	1,0 ponto por ocorrência

INDICADOR Nº 06 — SERVIÇOS SOB DEMANDA

Campo	Conteúdo
Finalidade	Garantir a execução dos serviços eventuais de roçagem mecanizada, capinação, poda, dedetização, limpeza de reservatórios e limpeza de fossas/sumidouros nas condições, prazos e qualidade técnica definidos na Seção 5 do TR e na respectiva Ordem de Serviço
Meta	100% das Ordens de Serviço executadas dentro do prazo, com os equipamentos, insumos e metodologia especificados
Instrumento de medição	Ordem de Serviço emitida pelo Gestor; registro fotográfico antes e após; atestado de execução pelo Fiscal Técnico
Forma de acompanhamento	Por Ordem de Serviço emitida
Periodicidade	Por demanda (conforme OS emitida)
Início da vigência	A partir da emissão de cada Ordem de Serviço
Ocorrência	Pontuação
Não início do serviço no prazo estabelecido na Ordem de Serviço (prazo padrão: 5 dias úteis da emissão, salvo prazo específico na OS)	2,0 pontos por dia de atraso
Não conclusão do serviço no prazo estabelecido na Ordem de Serviço sem justificativa aceita	1,5 ponto por dia

pelo Fiscal	de atraso
Execução de roçagem sem utilização de roçadeira mecanizada nos trechos que a comportem, contrariando especificação do TR	2,0 pontos por ocorrência
Resultado técnico insatisfatório constatado pelo Fiscal (área não roçada integralmente, poda malfeita, resíduos não recolhidos, dedetização incompleta)	2,0 pontos por ocorrência
Não apresentação de comprovante técnico de execução da limpeza de reservatório (laudo ou certificado) no prazo de 5 dias úteis após a execução	1,0 ponto por dia de atraso
Não apresentação de laudo técnico de empresa habilitada para limpeza de fossas/sumidouros no prazo de 5 dias úteis após a execução	1,0 ponto por dia de atraso
Descarte inadequado de resíduos de roçagem, poda ou dedetização nas dependências do IBAMA ou em locais não autorizados	3,0 pontos por ocorrência

INDICADOR Nº 07 — OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E DOCUMENTAÇÃO DEMO

Campo	Conteúdo
Finalidade	Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e das obrigações específicas decorrentes do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o envio mensal de documentação ao Fiscal Administrativo para verificação das retenções e da conta-depósito vinculada
Meta	100% da documentação mensal entregue no prazo; 100% das obrigações trabalhistas e previdenciárias cumpridas
Instrumento de medição	Documentação mensal entregue ao Fiscal Administrativo; verificação no SICAF; consulta à conta-depósito vinculada
Forma de acompanhamento	Documental, pelo Fiscal Administrativo
Periodicidade	Mensal (até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços)
Início da vigência	A partir do 1º mês de execução contratual

Ocorrência	Pontuação
Não entrega da documentação mensal trabalhista e previdenciária no prazo (folha de pagamento, GFIP/eSocial, comprovante de recolhimento do FGTS, holerites, CNDT)	2,0 pontos por dia de atraso, por documento
Evidência de pagamento de salário inferior ao piso da CCT MA000098/2025 para qualquer categoria	5,0 pontos por empregado afetado, por mês
Evidência de não pagamento ou pagamento incorreto do auxílio-alimentação (R\$ 30,00/dia trabalhado) previsto na Cláusula 8ª da CCT MA000098/2025	3,0 pontos por empregado afetado, por mês
Evidência de não fornecimento do vale-transporte ou pagamento em valor inferior ao previsto na CCT	2,0 pontos por empregado afetado, por mês
Não movimentação da conta-depósito vinculada conforme instrução do Fiscal Administrativo para provisionamento de rescisões	3,0 pontos por mês de omissão
Irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária constatada via SICAF ou certidões não sanada no prazo de 30 dias após notificação	3,0 pontos por mês de pendência
Não apresentação, no prazo de 10 dias úteis após solicitação, de documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas de empregado específico	1,5 ponto por dia de atraso
Evidência de terceirização irregular (subcontratação vedada) ou intermediação de mão de obra subordinada	5,0 pontos por ocorrência (além das sanções do TR)

TABELA DE DESCONTOS

Pontuação Total do	
--------------------	--

Mês	Desconto sobre o Valor Apurado no Mês
0,1 a 2,0	Sem desconto — apenas notificação registrada no SEI
2,1 a 5,0	0,5%
5,1 a 8,0	1,0%
8,1 a 11,0	2,0%
11,1 a 14,0	3,0%
14,1 a 16,0	4,0%
16,1 a 20,0	5,0%
20,1 a 25,0	7,0%
25,1 a 30,0	10,0%
Acima de 30,0	Inexecução parcial — aplicação das sanções previstas na Seção 8 do TR, sem prejuízo do desconto de 10%

Nota 1: O acúmulo acima de 30 pontos em **3 meses consecutivos** ou **5 meses alternados** no período de 12 meses poderá fundamentar a rescisão unilateral por inexecução reiterada, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

Nota 2: Os descontos aplicados com base no IMR têm natureza de **glosa por inexecução proporcional** e não configuram sanção, sendo cumuláveis com as penalidades da Seção 8 quando o descumprimento também se enquadrar nas hipóteses sancionatórias.

FORMULÁRIO MENSAL DE AFERIÇÃO

Período de aferição: ____/____/2026 a ____/____/2026
Unidade: () SUPES/MA () CETAS-MA () Imperatriz/MA () Santa Inês/MA
Fiscal responsável: _____

Indicador	Total de Ocorrências	Pontuação Parcial
01 — Uniformes e EPIs		
02 — Materiais e Equipamentos		
03 — Presença e Conduta		
04 — Execução dos Serviços		
05 — Artífice		
06 — Serviços Sob Demanda		
07 — Obrigações Trabalhistas/DEMO		
PONTUAÇÃO TOTAL DO MÊS		
PERCENTUAL DE DESCONTO APURADO		
VALOR DO DESCONTO (R\$)		

Observações do Fiscal:

Concordância do Preposto da Contratada: () Concorda () Discorda
Em caso de discordância, prazo para recurso: **5 dias úteis** a contar da notificação.

_____, ____ de _____ de

Fiscal Técnico / Fiscal Setorial Preposto da Contratada

IBAMA/MA — Unidade: _____ Nome: _____

Fiscal Setorial (quando aplicável): _____

— encaminhado ao Fiscal Técnico em: / / _____

14. ANEXO II

Não se aplica à presente contratação.

Não há conteúdo complementar a ser inserido neste anexo, considerando que as informações necessárias à execução contratual constam do corpo do Termo de Referência e de seus demais anexos.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO COSTA MESQUITA

Integrante requisitante



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 11:00:53.

JAMAIRA LOPES FRAZAO

Integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:59:55.

MARY DALVA PINTO SOARES

Integrante técnico



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:37:44.

CICLENE MARIA SILVA DE BRITO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 14:06:28.

GRUPO 01						
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:SUPES/SÃO LUIS - MA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QTD.	VALOR UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m².	27782	M²	37.440		
02	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m²	23434	M²	18.432		
03	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m².		M²	1.857		
04	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtiv. 380 m².	24031	M²	3.308		
05	Artífice/Oficial de Manutenção Predial — CBO 5143-25	25631	Posto/Mês	1		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:CETAS/SÃO LUIS - MA						
06	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m² .	27782	M²	14.400		
07	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m².	23434	M²	34.800		
08	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m² .	24112	M²	2.880		
09	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtiv. 380 m².	24112	M²	1.632		
10	Conservação de áreas verdes — roçagem mecanizada, poda, coleta e destinação de resíduos vegetais — sob demanda, via Ordem de Serviço, periodicidade mínima trimestral, sem posto fixo.	23434	M²	50.000		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/IMPETRATRIZ - MA						

11	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	4.0,7		
12	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m ²	23434	M ²	2.987		
13	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m ² .	24112	M ²	767		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/IMPETRATRIZ - MA						
14	Limpeza e conservação — áreas internas — produtiv. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	4.061		
15	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m ² .	2344	M ²	2.797		
16	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m ² .	24112	M ²	274		
TOTAL ANUAL (R\$)						

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Na definição dos valores do metro quadrado (R\$/m²) por área, deverão ser observados os limites fixados pela Portaria MPDG nº 213, de 25/09/2017, bem como o valor global admitido para a contratação, sob pena de desclassificação.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____
 CGC/MF: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____
 UF: _____ CEP: _____
 Tel.: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 N° C/C: _____

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
 Endereço: _____
 UF: _____ CEP: _____
 Cargo/Função: _____
 Cart. Ident. n°: _____ Expedida por: _____
 Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Os preços aqui apresentados englobam todas as despesas principais e acessórias, inclusive quanto a locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da mão de obra utilizada, fornecimento de materiais e equipamentos previstos no edital e seus anexos.

Declaro ter ciência das condições de prestação dos serviços, fornecimento e entrega de materiais e equipamentos, bem como dos direitos e obrigações previstas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e seus anexos, aos quais tive amplo direito de acesso e consulta nos autos do processo de contratação junto à Superintendência do Ibama no Maranhão – São Luís e vistas dos mesmos no site www.comprasgovernamentais.gov.br, e, como representante desta empresa estou de acordo com o que nele está expresso sem ter nenhum questionamento a declarar.

Declaro que não usufruímos de qualquer benefício fiscal estabelecido em legislação própria, ou, declaro que os preços demonstrados em nossa proposta refletem os valores decorrentes dos benefícios fiscais

estabelecidos pela Lei. _____Tenho ciência que caso seja verificada a existência de benefício fiscal não adotado na formação de preço desta proposta estarei sujeito às penalidades da Lei.

....., de.....de 2026

Assinatura do Representante Legal



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

**ANEXO VIII –
MODELO DE TERMO DE VISTORIA
DECLARAÇÃO DE VISTORIA / NÃO VISTORIA**

(**Importante:** A apresentação deste documento é obrigatória para a habilitação, ainda que a licitante opte por não realizar a vistoria)

**ANEXO VIII – A
A DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

(Caso a licitante tenha optado por realizar a vistoria)

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º xxxxx/xxxx, que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, sediada na _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das possíveis dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

_____, ____ de _____ de 2024.

Servidor responsável da entidade

Declaro que me foram apresentadas as áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante da licitante

Nome:

Cédula de Identidade:

**ANEXO VI – B
DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**

(Caso a licitante tenha optado por não realizar a vistoria)

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, sediada na _____, optou por não vistoriar o local de execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico n.º xxxx/xxxx,



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

e conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho **(ajustar conforme o caso)**. Declaro, ainda, que a empresa assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante da licitante

Nome:

Cédula de Identidade:



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Superintendência do Ibama no Maranhão (Supes/MA)
Av. Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís - MA, 65060-645

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 02012.000612/2026-36)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA por intermédio da Superintendência no estado do Maranhão, situada na Av. Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís - MA, 65060-645, inscrita no CNPJ sob o nº 03.659.166/0028-22, neste ato representado pela Superintendente Substituta Sra. **CICLENE MARIA SILVA DE BRITO**, nomeada pela Portaria de Pessoal Nº 30/MMA, de 11 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2023, portadora da Matrícula Funcional SIAPE ****139, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 02012.000612/2026-36 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização nas dependências da Superintendência do Ibama no Estado do Maranhão – SUPES/MA e sua unidade vinculada, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01						
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: SUPES/SÃO LUIS - MA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)

01	Limpeza e conservação — áreas internas — produtivo. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	37.440		
02	Limpeza e conservação — áreas externas — produtivo. 1.800 a 2.700 m ²	23434	M ²	18.432		
03	Limpeza e conservação — banheiros — produtivo. 300 m ² .		M ²	1.857		
04	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtivo. 380 m ² .	24031	M ²	3.308		
05	Artífice/Oficial de Manutenção Predial — CBO 5143-25	25631	Posto/Mês	1		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: CETAS/SÃO LUIS - MA						
06	Limpeza e conservação — áreas internas — produtivo. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	14.400		
07	Limpeza e conservação — áreas externas — produtivo. 1.800 a 2.700 m ² .	23434	M ²	34.800		
08	Limpeza e conservação — banheiros — produtivo. 300 m ² .	24112	M ²	2.880		
09	Limpeza e conservação — esquadrias internas /externas — produtivo. 380 m ² .	24112	M ²	1.632		
10	Conservação de áreas verdes — roçagem mecanizada, poda, coleta e destinação de resíduos vegetais — sob demanda, via Ordem de Serviço, periodicidade mínima trimestral, sem posto fixo.	23434	M ²	50.000		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/IMPETRATRIZ - MA						
11	Limpeza e conservação — áreas internas — produtivo. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	4.037		
12	Limpeza e conservação — áreas externas — produtivo. 1.800 a 2.700 m ²	23434	M ²	2.987		
13	Limpeza e conservação — banheiros — produtivo. 300 m ² .	24112	M ²	767		
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: UT/IMPETRATRIZ - MA						
14	Limpeza e conservação — áreas internas — produtivo. 800 a 1.200 m ² .	27782	M ²	4.061		

15	Limpeza e conservação — áreas externas — produtiv. 1.800 a 2.700 m².	2344	M²	2.798		
16	Limpeza e conservação — banheiros — produtiv. 300 m².	24112	M²	274		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

- 2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

- 7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.1.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.55.1.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

- 10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de

setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.11. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.12. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.12.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.12.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.13. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.16. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/unidade: 193110 – Superintendência da Estadual do Ibama no Maranhão - SUPES;
 - II) Fonte de recursos: 1050000186;
 - III) Programa de trabalho: 218.122.0032.2000.0001;
 - IV) Elemento de despesa: 33.90.37.; e
 - V) Plano interno: 200070; e
- 16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

- 18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

- 19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Luís, Seção Judiciária de Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São Luís, [dia] de [mês] de [ano].

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**
Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

Anexo V

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1. que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
2. que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
3. que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

.....de.....de20.....

(assinatura do representante legal do licitante)



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro _____ que _____ a _____ empresa
_____, inscrita no CNPJ (MF)
no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos
firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor do total Contrato
Valor total dos Contratos		R\$

Local e data

Assinatura e carimbo do Emissor

OBSERVAÇÃO:

- 1) Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG N° 05, DE 26 DE MAIO DE 2017.

1. A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante

Fórmula de cálculo

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1
Valor total dos Contratos*

Avenida Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís - MA, 65060-645
Telefone nº (98) 98745-6710



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1(um).

2. Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) – e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /2022

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O IBAMA/MS E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, VISANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPGD Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017.

O IBAMA/MA estabelecido(a) _____, (endereço completo), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) _____(cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado (a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DAS DEFINIÇÕES**

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
4. Conta Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

PÚBLICA FEDERAL, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

1. O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas depósitos específicos destinados a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos das contas abertas.
2. Para cada Contrato será aberta uma conta depósito vinculada em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
3. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação.
4. A movimentação dos recursos na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO FLUXO OPERACIONAL**

1. O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:
 - 1.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
 - 1.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta depósito vinculada bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviço.

- 1.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e abre conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
- 1.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou enviar Ofício à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, contendo o número da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
- 1.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
- 1.6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 1.7. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
- 1.8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração Pública Federal via meio eletrônico.
- 1.9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.
- 1.10. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
 - 1.10.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL às contas depósitos vinculados – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1.10.2. Os recursos depositados nas contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die.

1.10.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação.
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação.
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico.
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação.
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas depósitos vinculados - bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas depósitos vinculados - bloqueadas para



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.

6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

1. Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA

1. O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA

DA PUBLICAÇÃO

1. A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

1. Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO

1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA

PRIMEIRA DO FORO

1. Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Luís– Estado do Maranhão

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

São Luís/MA,de..... de 2024

Assinatura do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Assinatura do representante da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome.....

CPF:

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

_____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente (nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente, Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:
CNPJ:

Razão Social:

Nome Personalizado:

Endereço:

Representante Legal:

CPF do Representante Legal:

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____, Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____, de ____ de ____ de _____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Ao Senhor Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO) Ofício nº ____/____

_____, ____ de _____ de 20__.

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
Endereço



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº ____, de ____ de ____ de ____:

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/_____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº /20__ - ____

Local, ____ de _____ de 20__ .

A(o)

Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____, (nome do proponente), Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação:



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO**

Instituição Financeira:

Agência: Conta:

CPF /CNPJ:

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ ou
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº ____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor(a) _____,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ - _____, de ____/____/20__,
informo a efetivação de DÉBITO na conta depósito vinculada - bloqueada para
movimentação - de nº _____ da agência nº _____, da
Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta depósito vinculada - bloqueada
para movimentação:

CREDITAR

Instituição Financeira:

Agência: Conta:

CPF /CNPJ:

Atenciosamente,

(nome do Gerente) Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

A U T O R I Z A Ç Ã O À Agência _____ da Instituição Financeira
_____ (endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

qualquer tipo de movimentação financeira na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação nº _____ - bloqueada para movimentação-, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - _____,

____ de _____ de 20__

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF:

Nome:

Documento/Poderes:

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - _____

Local, ____ de _____ de 20__



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

A(o) Senhor(a) (nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal) (endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e está ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO III DO EDITAL

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu ARTIGO 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, ARTIGO 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (ARTIGO 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo ARTIGO 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do ARTIGO 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das Leis do trabalho ou usadas para estabelecer relação de emprego disfarçado, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a Lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas pú-

blicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União—1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Anexo IX

(em papel personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS Nº
9.605/98

A empresa abaixo qualificada, declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.

Razão Social:

CNPJ/MF:

Tel. e Fax:

Endereço/CEP:

Local e data

Nome e assinatura do declarante
(número da identidade ou do CPF)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

(Anexo VII-C da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017: (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI N nº 190, de 2024)

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades. (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI N nº 190, de 2024) _____, ____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal da licitante)